



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE
PROVEDORIA DOS DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

DIREÇÃO NACIONAL DE BOA GOVERNAÇÃO
DIRESAUN NASIONAL BOA GOVERNASAUN

CATEGORIAS INDICATIVAS DE VIOLAÇÕES DE
BOA GOVERNAÇÃO

KATEGORIA INDIKATIVA VIOLASAUN
BOA GOVERNASAUN NIAN

OUTUBRO 2012

OUTUBRU 2012

Índice

INTRODUÇÃO	4
I. INCOMPETÊNCIA.....	7
I.1. Descrição genérica.....	7
I.2. Jurisdição do PDHJ	8
I.3. Comportamento e subcategorias	9
I.3.1. Usurpação de poderes	9
I.3.2. Incompetência absoluta	11
I.3.3 Incompetência relativa	13
I.4. Princípios em causa mais relevantes	15
I.5. Responsabilização e validade do acto	15
I.5.A) Eventual responsabilidade disciplinar	16
I.5. B) Eventual responsabilidade penal.....	16
I.5.C) Validade do acto administrativo	16
2. DESVIO DE PODER.....	20
2.1 Descrição genérica	20
2.2. Jurisdição do PDHJ	20
2.3. Comportamento/conduita e subcategorias	21
2.3.1. “Mau uso das funções públicas”, ou seja, uso das funções públicas para obtenção de um benefício ilegítimo e/ou para causar um prejuízo ilegítimo a outrem ou deliberado não cumprimento de um dever público sem motivo justificado	22
2.3.2. “Mau uso da propriedade pública”, ou seja, utilização de propriedade pública para fins privados.....	26
2.4. Princípios em causa mais relevantes	26
2.5. Responsabilização e validade do acto	27
2.5. A) Eventual responsabilidade disciplinar	27
2.5.B) Eventual responsabilidade penal.....	29
Tabela sobre os crimes praticados no exercício de funções públicas	30
2.5.C) Validade do acto administrativo praticado.....	39
3. MÁ ADMINISTRAÇÃO	41
3.1. Descrição genérica.....	41
3.2. Jurisdição do PDHJ	41
3.3. Comportamento/conduita e subcategorias	42

3.3.1 Dificuldade no acesso a serviços públicos (por exemplo, por ineficácia, demora, burocracia ou distância)	42
3.4. Princípios em causa mais relevantes	48
3.5. Responsabilização e validade do acto	51
3.5.A) Eventual responsabilidade disciplinar	51
3.5.B) Eventual responsabilidade penal	52
3.5.C) Validade do acto administrativo praticado	52
4. ILEGALIDADE	56
4.1. Descrição genérica	56
4.2. Jurisdição do PDHJ	56
4.3. Comportamento/conduita e subcategorias	57
4.3.1. Ilegalidade quanto à forma ou formalidade	57
4.3.2 Ilegalidade material.....	59
4.3.3. Qualquer outro desrespeito pelas exigências que decorrem da lei	61
4.4. Princípios em causa mais relevantes.....	63
4.5. Responsabilização e validade do acto	63
4.5.A) Eventual responsabilidade disciplinar	63
4.5.B) Eventual responsabilidade penal.....	64
4.5.C) Validade do acto administrativo praticado.....	64

INTRODUÇÃO

As categorias indicativas de “violações de boa governação” (VBG) que seguidamente serão descritas foram criadas com o intuito de servirem como conceitos operacionais e facilitadores do trabalho da Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça (PDHJ), em especial da Direção de Boa Governação: investigação, monitorização/prevenção, educação. Embora tenham uma base essencialmente doutrinária, elas foram criadas com base em conceitos jurídicos legais, contidos no Estatuto do Provedor de Direitos Humanos e Justiça (Lei n.º 7/2004, de 26 de Maio com as alterações introduzidas pela Lei n.º 8/2009, de 15 de Julho, doravante “EPDHJ”)), no diploma relativo ao Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 32/2008, de 27 de Agosto), no Estatuto da Função Pública (Lei n.º 8/2004, de 16 de Junho com alterações introduzidas pela Lei n.º 5/2009, de 15 de Julho), no Código Penal entre outra legislação relevante. Estas categorias correspondem a categorias relativamente consensuais no Direito Administrativo.

O conceito de Boa Governação é definido pelo EPDHJ como “o exercício transparente dos poderes de governação, com vista a criar uma Administração Pública imparcial, eficiente e responsável, com respeito pelos princípios da legalidade e do Estado de Direito democrático”.

INTRODUSAUN

Kategoria indikativa “violasaun boa governasaun” (VBG) nian, ne’ebé sei esplika tuir mai, dezenvolve ho objetivu atu sai nu’udar konseitu operasionál ba servisu Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça (PDHJ) nian, liuliu ba Diresaun Boa Governasaun: investigasaun, monitorizasaun/prevensaun no edukasaun no promosaun. Maski kategoria sira-ne’e iha baze ida ho natureza doutrina, kategoria hirak ne’e dezenvolve ho baze iha konseitu jurídku legál ne’ebé estabelese iha Estatutu Provedor de Direitos Humanos e Justiça (Lei n.º 7/2004, 26 Maiu, ho alterasaun simu husi Lei n.º 8/2009, 15 Jullu), iha dekretu-lei kona-ba Prosedimentu Administrativu (Dekretu-Lei No. 32/2008, 27 Agostu), no Estatutu husi Funsau Públika (Lei n.º 8/2004, 16 Juñu, ho alterasaun simu husi Lei n.º 5/2009, 15 Jullu), iha Kódigu Penál no lejislasaun seluk tan. Kategoria sira-ne’e korresponde ho kategoria sira ne’ebé hetan konsensu iha área Direitu Administrativu.

Estatutu Provedor de Direitos Humanos e Justiça (EPDHJ) define konseitu Boa Governasaun hanesan “ezersísu transparente ba poder governasaun nian, ho objetivu atu harii Administrasaun Públika ida ne’ebé imparsiál, eficiente no responsável, ho respeito ba prinsipu igualdade nian no Estado de Direito demokrátiku”.

O âmbito de jurisdição do Provedor encontra-se definido em especial nos artigos 3.º e 23.º do EPDHJ, sendo que o artigo 23.º refere que *“compete ao Provedor de Direitos Humanos e Justiça investigar violações de direitos humanos e liberdades e garantias fundamentais, situações de má administração, ilegalidade, injustiça manifesta e ausência de um processo justo e equitativo”*.

Essencialmente as categorias indicativas de violações de Boa Governação têm como objectivo facilitar a análise das situações que configuram má governação. Uma vez que a legislação se encontra bastante dispersa e não existem verdadeiramente, padrões internacionais de boa governação como acontece na área de Direitos Humanos a própria PDHJ considerou a necessidade de desenvolver categorias de violações de boa governação.

Assim, este documento interno tem por base a identificação de grandes categorias, subdividindo-as em grupos. Este documento indica, ainda, os princípios jurídicos bem como a legislação mais relevante cujo cumprimento é preciso verificar dentro de cada situação real sob investigação ou atividade de monitorização ou prevenção.

Definisaun husi jurisdisaun Provedor nian determina liuliu iha artigu 3 no artigu 23 EPDHJ nian, artigu 23 hateten katak *“kompete ba Provedor dos Direitos Humanos e Justiça atu halo investigasaun ba violasaun direitus umanus, liberdade no garantia fundamentál sira, situasaun mal-administrasaun, ilegalidade, injustisa no auzénsia hosi prosesu ne’ebé justu no ekuitativu”*.

Iha esénsia, kategoria indikativa violasaun Boa Governasaun nia objetivu mak atu fasilita análise ba situasaun ne’ebé sai nu’udar governasaun-ladi’ak. PDHJ rasik tenke dezenvolve ninia vizaun kona-ba VBG, tanba lejislasaun ne’e namkari liu no, iha realidade, laiha padraun internasionál konsensuál kona-ba VBG hanesan ita bele hetan iha área Direitus Humanus nian.

Nune’e dokumentu internu ne’e iha báze identifikasaun kategoria VBG boot sira, no fahe kategoria hirak ne’e iha grupu-grupu. Aleinde ida-ne’e, dokumentu ne’e mós hatudu prinsípiu jurídiku no lejislasaun sira ne’ebé relevante liu ba kategoria ida-idak, atu determina norma jurídika sira-nia implementasaun iha situasaun loloos ida-idak ne’ebé sei sujeitu ba investigasaun ka atividade monitorizasaun no prevensaun.

Incompetência

Usurpação de poderes

Incompetência absoluta

Incompetência relativa

Art. 3.º/3 (...):

(c) Incompatíveis com as atribuições do órgão ou entidade que os praticou;



Categorias de Violações de Boa Governação

Inkompeténsia

Hadau malu podér

Inkompeténsia totál

Inkompeténsia relativa

Art. 3.º/3 (...):

(c) inkompatível ho entidade públiku ka órgaun sira-nia funsaun sira iha knaar komún;



Kategoria Violaosaun Governasaun Di'ak

I. INCOMPETÊNCIA

I.1. Descrição genérica

Na categoria “incompetência” integram-se os atos¹ praticados pelas entidades públicas que se encontram fora:

- da sua função/poder (administrativo; legislativo e judicial);
- das suas atribuições; ou
- das suas competências.

Quando se diz que um “órgão administrativo” pratica um ato administrativo isso significa que um funcionario com determinada responsabilidade que resulta da lei, por exemplo, um diretor geral ou administrador de distrito, toma uma decisão (normalmente escrita) num determinado caso concreto. Por exemplo, uma licença de construção de uma casa ou uma ordem de desocupação de um imóvel público. Esta licença e esta ordem de desocupação são atos administrativos.

As atribuições são os grandes fins ou objectivos que as entidades (pessoas coletivas) prosseguem, enquanto as *competências* são os poderes funcionais que os órgãos têm para prosseguir as atribuições dentro da pessoa coletiva.

Assim, por exemplo, na Orgânica do Ministério da Justiça do IV Governo Constitucional (Decreto-Lei n.º 12/2008, de 5 de Setembro), de acordo com o artigo 2º, alínea c), é uma das atribuições do Ministério da Justiça (a pessoa coletiva) “regular e gerir o sistema prisional, a execução de penas e medidas de segurança e os serviços de reinserção social”.

¹ A definição de “ato” para a PDHJ encontra-se prevista no artigo 1º/b) do Estatuto do Provedor de Direitos Humanos e Justiça

I. INKOMPETÉNSIA

I.1. Deskrisaun Jeral

Iha kategoria “inkompeténsia” konsidera aktu² sira ne’ebé sai nu’udar prátika husi órgaun ka entidade pública maibé la tuir:

- sira-nia poder ka funsaun (administrativu, lejizlativu no judisiál);
- sira-nia atribuisaun/responsabilidade; ka
- sira-nia kompeténsia.

Kuandu karik dehan katak órgaun administrativu prátika aktu administrativu signifika katak funsionáriu ida ho knaar ne’ebé determina tuir-lei, porezemplu diretór-gerál ida ka administradór distritu ida foti desizaun (baibain ho hakerek) iha kazu spesifíku ida. Porezemplu, lisensa ba konstrusaun uma ida ka orden ba despezu administrativu ba propriedade públiku nian. Lisensa no orden ne’e hanesan aktu administrativu.

Atribuisaun mak fin ka objetivu luan ne’ebé entidade sira (ema koleтиву) la’o tuir ba, enkuantu *kompetensia* mak poder funsionál sira ne’ebé orgaun sira iha, atu bele halo tuir atribuisaun sira husi ema koleтиву.

Ho nune’e, porezemplu, Orgánika husi Ministériu Justisa nian husi IV Governu Konstitusionál (Dekretu-Lei n. 12/2008, 5 Setembro) determina, iha artigo 2, alínea c), nu’udar atribuisaun sira ida husi Ministériu Justisa (ema koleтиву) “regula no halo jerensiantu ba sistema prizionál, ezekusaun sentensa no medida seguransa no servisu reinsersaun sosiál”.

² Relaciona servisu PDHJ nian, definisaun “aktu” bele hetan iha artigo 1º/b) husi Estatutu Provedor de Direitos Humanos e Justiça.

No artigo 12.º do mesmo diploma, podemos encontrar algumas competências da Direcção Nacional dos Serviços Prisionais e de Reinserção Social (órgão dentro da pessoa coletiva), que são os poderes funcionais para prosseguir aquela atribuição: na alínea d) *promover a reintegração social dos reclusos e dos jovens reclusos, assegurando a ligação com o respectivo meio sócio-familiar e profissional*, e na alínea e) *organizar e manter actualizados os processos individuais e ficheiros relativos aos jovens reclusos, aos presos preventivos, inimputáveis sujeitos a medidas de segurança e aos condenados em pena efectiva*.

Assim, deparamo-nos com incompetência, se um Ministro pratica actos das atribuições/competências de outro Ministro ou um Chefe de Suco pratica actos das atribuições/competências do Administrador de Distrito ou ainda se um membro do serviço nacional de inteligência pratica atos da competência da polícia. Por exemplo, se o Ministro da Saúde atribui (ou dá) uma licença de construção a alguém está a praticar um ato que está fora das suas atribuições.

I.2. Jurisdição do PDHJ

Artigo 3.º, n.º 3, al. c), do Estatuto PDHJ³:

“O Provedor de Direitos Humanos e Justiça investiga, pelo menos, as queixas relativas a actos ou omissões que sejam: (...)

c) Incompatíveis com as atribuições do órgão ou entidade que os praticou; (...)”

³ Importa ainda ter presente o artigo 23.º do EPDHJ, relativo à investigação, que refere que “*competit ao Provedor de Direitos Humanos e Justiça investigar violações de direitos humanos e liberdades e garantias fundamentais, situações de má administração, ilegalidade, injustiça manifesta e ausência de um processo justo e equitativo*”.

Iha artigu 12 husi diploma hanesan, ita bele hetan kompeténsia balun husi Diresaun Nasionál Servisu Prisionál nian no Resinsersaun Sosiál (orgaun ida husi ema koletivu), ne'ebé hanesan podér funsióal atu hala'o tuir atribuisaun relevante husi Ministériu Justisa: tuir alínea d) *promove reintegrasaun sosiál husi ema dadur no foin-sae iha detensaun, atu bele garante ligasaun ho sira-nia ambiente família no profesionál; no iha alínea e) organiza no mantén ho atualizasaun prosesu no fixeiru individuál husi foin-sa'e sira iha detensaun, ema dadur iha prizaun preventiva, ema sira ne'ebé la iha kapasidade ne'ebé sei tuir medida seguransa no sira ne'ebé hetan ona kondensaun no hala'o ona pena efetiva*.

Nune'e ita hetan inkompeténsia bainhira Ministru ida hala'o aktu ida ne'ebé kompete ba Ministru ida seluk, ka Xefe-Suku ida halo aktu ne'ebé kompete husi Administrador Distritu, ka membru ida hosi servisu nasionál intelijénsia nian pratika aktu hanesan kompeténsia legál polísia nian. Porezemplu, karik Ministru Saúde fó lisensa ba konstrusaun ida ba emaruma mak nia pr'atika aktu ida ne'ebé sai husi ninia atribuisaun.

I.2. Jurisdisaun Provedor nian

Artigu 3, n.º 3, al. c), hosi Estatutu PDHJ⁴:

“Provedor de Direitos Humanos e Justiça halo investigasaun ba, pelumenus, keixa kona-ba aktu ka omisaun ne'ebé: (...) c) Inkompatível ho órgaun ka entidade ne'ebé prátika aktu nia responsabilidade; (...)”

⁴ Presiza tau iha neon artigu 23 hosi Estatutu Provedor, kona-ba investigasaun, ne'ebé hateten “*kompete ba Provedor de Direitos Humanos e Justiça atu investiga violasaun direitos umanus no liberdade no garantia fundamental sira, situasaun mal-administrasaun, ilegalidade, injustisa no auzénsia hosi prosesu ida ne'ebé justu no ekuitativu*”.

1.3. Comportamento e subcategorias

Na categoria de incompetência descrita acima são identificados três tipos de situações (subcategorias da incompetência):

1.3.1. Usurpação de poderes

A usurpação de poderes verifica-se quando o ato é praticado por uma entidade (ou um órgão público de uma entidade pública) que invade a esfera de outra função do Estado. A usurpação de poderes relaciona-se com os 3 poderes previstos constitucionalmente: legislativo, judiciário e executivo. Na prática significa que um órgão administrativo exerce uma outra função do Estado que não a função administrativa, sem para isso estar habilitado (ou seja, pratica um acto incluído nas atribuições do poder legislativo ou do poder judicial).

Seria por exemplo, o caso de um Ministro aplicar uma pena de prisão ou aprovar uma lei. Estes tipos de violação não acontecem frequentemente.

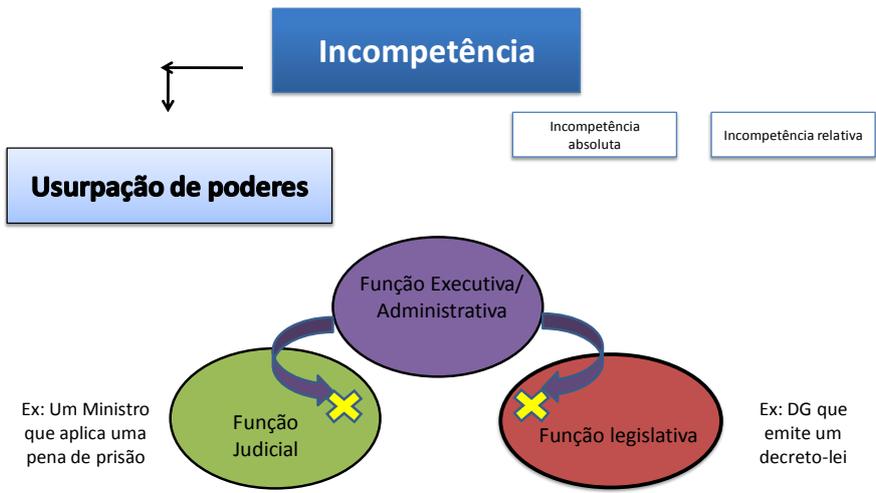
1.3. Hahalok no Sub-Kategoria sira

Relasiona ba iha kategoria inkompeténsia ne'ebé temi iha leten bele identifika situasaun oin tolu (sub-kategoria inkompétensia nian):

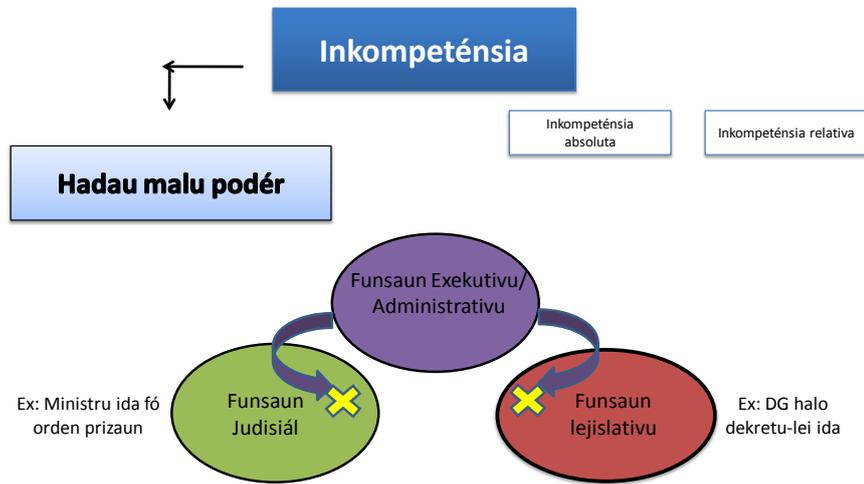
1.3.1. Hadau-Malu Podér

Hadau-malu podér akontese bainhira aktu ida hala'o husi entidade pública (ka órgaun públiku husi entidade pública ida) ne'ebé rezulta invazaun ba Estadu nia funsaun ida seluk ne'ebé la'ós funsaun Estadu nian husi entidade ne'ebé orgaun públiku espesifiku pertense ba. Hadau-malu podér relasiona ba funsaun konstitusional 3 tuir prinsípiu separasaun podér: lejizlativu, ezekutivu no judisiáriu. Iha prátika signifika katak órgaun administrativu ida hala'o Estadu nia funsaun ida seluk, ne'ebé la'ós funsaun administrativa, la hó autorizasaun atu halo aktu ne'e (porezemplu, prátika aktu ida ne'ebé husi podér lejizlativu ka podér judisiál nia responsabilidade).

Porezemplu, Ministru aplika pena prizaun ka aprova lei. Kategoria VBG ne'e la akontese beibeik.



Categorias de Violações de Boa Governação



Kategoria Violaosaun Governasaun Di'ak

I.3.2. Incompetência absoluta

Verifica-se incompetência absoluta quando um órgão ou entidade pública pratica um ato que não está incluído nas atribuições da pessoa coletiva (ou entidade) a qual pertence, mas sim pratica um ato que é uma atribuição de outra entidade pública (ou seja, não está de acordo com os fins prosseguidos pela pessoa coletiva do qual este órgão pertence).

Assim, por exemplo:

- A competência para a prática do acto pode pertencer a uma pessoa colectiva diferente daquela a que pertence o autor do acto (acto praticado por um Ministro da competência de outro Ministro ou acto praticado por um Chefe de Suco da competência de um Administrador Distrital). Por exemplo, o Ministro das Obras Públicas dá uma bolsa de estudo, que é da competência do Ministro da Educação.

- O autor do ato excede as atribuições da entidade pública em que se insere, e a atribuição específica para realizar tal ato não é atribuída a nenhum outro órgão.

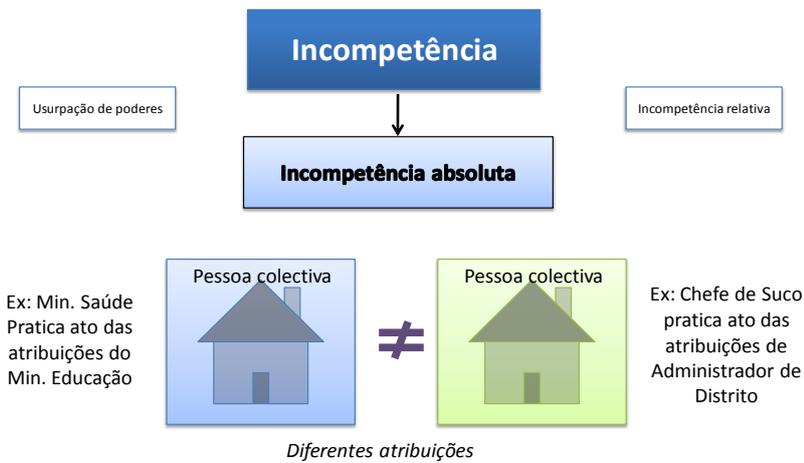
I.3.2. Inkompeténsia absoluta

Inkompeténsia absoluta akontese bainhira órgaun ka entidade públiku ida hala'õ aktu ida ne'ebé la inklui iha atribusaun/responsabilidade husi ema koleтиву (entidade) ne'ebé órgaun ida-ne'e pertense ba (ka, aktu la inklui iha objetivu ne'ebé ema koleтиву husi órgaun públiku nian atu alkansa).

Porezemplu:

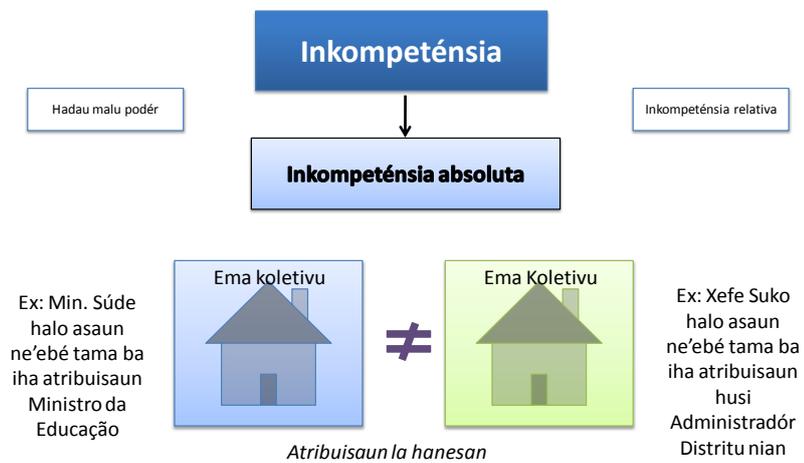
- Ema koleтиву seluk (entidade seluk) mak iha kompeténsia atu hala'õ aktu ne'ebé autór husi aktu halo (porezemplu, Ministru prátika aktu ida ne'ebé kompeténsia ba Ministru ida seluk, ka Xefe-Suku prátika aktu ida ne'ebé kompeténsia ba Administradór Distritu nian). Porezemplu, Ministru Obras Públika fó bolsu estudu ida ne'ebé mak loloos kompeténsia husi Ministru Edukasaun nian.

- Autór husi aktu ne'e uza atribuisaun ida ne'ebé liu atribuisaun/responsabilidade husi entidade ne'ebé nia pertense ba, no laiha lei ida ne'ebé determina atribuisaun/responsabilidade ne'e ba entidade seluk.





Categorias de violações de Boa Governação





Kategoria Violausaun Governasaun Dí'ak

I.3.3 Incompetência relativa

Incompetência relativa sucede sempre que acto praticado não segue a competência do órgão que o praticou, porém não excede as atribuições da entidade (pessoa coletiva) a qual este órgão pertence.

Nesta categoria de violação não estão em causa diferentes atribuições de diferentes entidades públicas, pois trata-se da mesma pessoa colectiva. Estão apenas em causa competências e não atribuições.

Por exemplo, um Director Nacional de um determinado Ministério pratica um acto que é da competência de outro Director Nacional do mesmo Ministério.

Outro exemplo pode ser o Director Boa Governação praticar um ato da competência do Provedor, como aplicar uma sanção disciplinar (pena de suspensão por escrito).

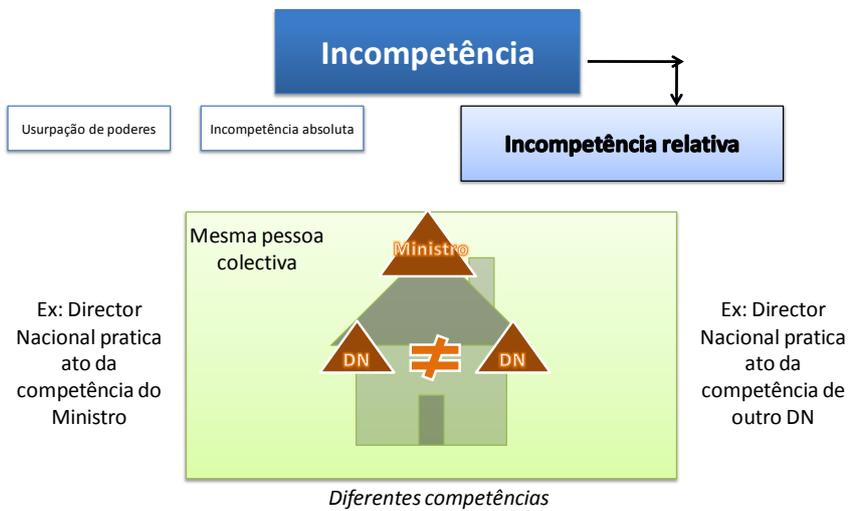
I.3.3. Inkompeténsia relativa

Inkompeténsia relativa akontese bainhira órgaun ida hala'o aktu ida ne'ebé la tuir ninia kompeténsia, maibé tama duni ba iha atribuisaun ka responsabilidade husi entidade (ema koletivu) ne'ebé órgaun ne'e pertense ba.

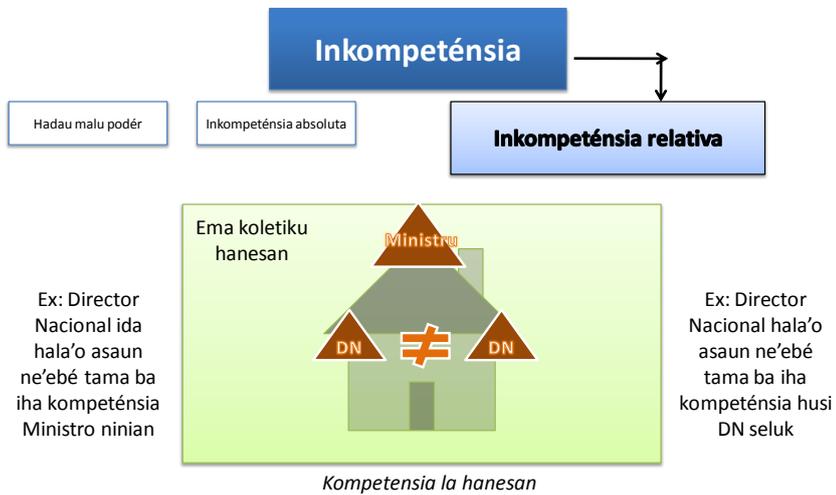
Iha kategoria violasaun ne'e la konsidera atribuisaun la hanesan husi entidade pública oin-oin, tanba konsidera ema koletivu (ka entidade) ida de'it. Envolve de'it kompeténsia no la'ós atribuisaun.

Porezemplu, Diretór Nasionál ida hosi Ministériu ida pratika aktu ida ne'ebé kompeténsia ba Diretór Nasionál ida seluk hosi Ministériu ne'e.

Ezemplu seluk bele mós katak Diretór Boa Governasaun pratika aktu ida ne'ebé mak loloos kompeténsia husi Provedor nian hanesan sansaun dixiplinár (suspensaun-eskrita).



Categorias de Violações de Boa Governação



Kategoria Violaasan Governasaun Di'ak

I.4. Princípios em causa mais relevantes

Princípio da separação de poderes, previsto no artigo 69.º da CRDTL, quando se trata da sub-categoria da usurpação de poderes. Significa que uma função ou poder do Estado (administrativo/executivo, judicial ou legislativo) não pode praticar atos de outra função ou poder do Estado.

Princípio da competência/legalidade, que significa que a Administração só pode fazer o que lhe compete, pois tem sempre que agir com fundamento na lei (art. 2, n.º 2 CRDTL e art. 3.º, alínea a) Estrutura Orgânica da Administração Pública, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 12/2006, de 26 de Julho).

I.5. Responsabilização e validade do acto

São principalmente dois os “tipos” de responsabilização caso exista incompetência: disciplinar e criminal. Além disso, podem existir consequências ao nível da validade administrativa das decisões tomadas (o ato que sofre de incompetência).

I.4. Princípio Relevante Liu

Princípio separasaun podér nian, ne'ebé estabelese iha artigo 69 KRDTL, bainhira konsidera sub-kategoria “hadau malu podér”. Princípio ne'e iha prátika signifika katak funsaun ka podér ida husi Estadu (administrativu/ezekuvitu, judisiál ka lejizlativu) labele halo aktu sira ne'ebé la tama ba funsaun ka podér seluk husi Estadu.

Princípio kompeténsia nian no/ka prinsipiu legalidade, signifika katak Administrasaun tenke halo de'it saida mak kompeténsia ba nia, tanba nia tenke sempre hala'ó atuaun tuir lei hateten (art. 2.º/2 KRDTL no art. 3/ a) Estrutura Orgânica Administrasaun Públika – Dekretu-Lei 12/2006, 26 Jullu).

I.5. Responsabilidade no Validade Aktu nian

Bainhira konsidera VBG inkompeténsia, bele identifika liuliu responsabilizasaun “oin” rua: dixiplinár no kriminál. Aleinde ne'e, bele iha mós konsekuénsia iha nivel validade administrativa hosi desizaun sira ne'ebé representa aktu ne'ebé sofre inkompeténsia.

1.5.A) Eventual responsabilidade disciplinar

Existe uma violação de lei se o ato é praticado (ou seja, há uma tomada uma decisão) fora das atribuições da entidade a qual o autor pertence (isto é, para além dos fins da pessoa colectiva) ou fora das competências do autor como órgão público (isto é, para além dos poderes que são dados aos órgãos da entidade para prosseguir os fins da entidade). Estamos perante uma violação da lei pois é a lei quem atribui as atribuições da entidade ou as competências do órgão. Assim, em relação às diferentes VBG na área da incompetência, o autor pode vir a ser responsabilizado disciplinarmente por violação do/s seguinte/s dever/es:

- Dever de respeitar a legislação (art. 41.º/1/a) EFP, art. 41.º/1/u) EFP e n.º 2) Código de Ética)

1.5. B) Eventual responsabilidade penal

Em princípio, não se aplica.

1.5.C) Validade do acto administrativo

A questão sob investigação ou monitorização pode abranger um ou mais ato administrativo⁵. Por ser contrário às atribuições e/ou competência legalmente previstos o ato administrativo pode sofrer de invalidade. A forma da invalidade depende do vício (tipo de VBG dentro da categoria da incompetência).

⁵ Ato administrativo é uma decisão unilateral tomada por um órgão administrativo com efeitos num caso individual e concreto

1.5.A) Posível Responsabilidade Dixiplinar

Iha ilegalidade bainhira aktu ida ne'ebé hala'o (ka, desizaun ne'ebé foti) ba liu duke atribuisaun/responsabilidade hosi entidade ne'ebé autór pertense ba (kerdizer, aktu liu hosi fin sira husi ema koleтиву nian) ka kompeténsia husi órgaun públiku (kerdizer, aktu ba liu duké podér sira ne'ebé órgaun husi entidade ida iha atu bele implementa atribuisaun/responsabilidade entidade nian). Iha duni violasaun lei ida tanbá lei mak determina atribuisaun husi entidade públika nian ka kompeténsia husi entidade sira-nia órgaun sira. Hanesan iha kategoria inkompeténsia sira hotu ita mós bele hetan responsabilizasaun dixiplinár kona-ba violasaun ba devér (sira) tuir mai ne'e: - Devér atu respeita lejizlasaun (artigu 41/1/a) EFP, artigu 41/1/u EFP no No. 2), Kódigu Étika nian)

1.5.B) Posível responsabilidade kriminál

Responsabilidade kriminál sei la aplika ba VBG inkompeténsia.

1.5.C) Validade husi Aktu Administrativu nian

Kestaun ne'ebé sujeitu ba investigasaun ka monitorizasaun bele inklui aktu administrativu ida ka liu ida⁶. Tanba la halo tuir responsabilidade/atribusaun no/ka kompeténsia sira ne'ebé prevee iha lei, aktu administrativu bele hetan invalidade. Forma invalidade nian depende ba *vício - salah* (tipu VBG nian iha kategoria inkompeténsia nia laran).

⁶ Atu administrativu hanesan desizaun unilateral ida ne'ebé órgaun administrativu ida foti no iha efeito iha kazu individual no konkreту ida

Invalidade do ato administrativo na incompetência

Sub-categoria Violação BG de Incompetência	Forma de invalidade	Base legal	Consequências mais importantes
Usurpação de poderes	Nulidade (Ato nulo)	Artigo 50.º, n.º 2, al. a) do Procedimento Administrativo ⁷	O ato não produz qualquer efeito jurídico e a nulidade pode ser invocada a qualquer altura (art. 51.º do Procedimento Administrativo)
Incompetência absoluta	Nulidade (Ato nulo)	Artigo 50.º, n.º 2/al. b) do Procedimento Administrativo	
Incompetência relativa	Anulabilidade (Ato anulável)	Artigo 52.º do Procedimento Administrativo	O ato administrativo produz efeitos jurídicos mas pode ser anulado até 3 meses após a sua prática. Passados esses 3 meses o acto torna-se válido (art 52.º do Procedimento Administrativo, conjugado com art. 55.º Lei Indonésia n.º 5 de 1986 sobre a jurisdição administrativa ⁸).

⁷ Decreto-Lei n.º 32/2008, de 27 de Agosto.

⁸ A legislação indonésia anterior a 1999: a Lei n.º 5 de 1986 sobre a jurisdição administrativa (*Undang-Undang Negara Republik Indonesia nomor 5 tahun 1986, tentang Peradilan Tata Usaha Negara*) - estabelece, no seu artigo 55.º, o seguinte: “a acção pode ser proposta no prazo de noventa dias a partir do momento de recepção ou da publicação do acto administrativo” (Pasal 55: “Gugatan dapat diajukan hanya dalam tenggang waktu sembilan puluh hari terhitung sejak saat diterimanya atau diumumkanannya Keputusan Badan atau Pejabat Tata Usaha Negara”).

Invalidade aktu administrativu iha inkompetensia

Sub-kategoria Violaesaun BG Inkompetensia	Forma invalidade nian	Baze legál	Konsekuensia relevante liu
Hadau malu podér	Nulidade (Aktu nulu)	Artigu 50 no. 2, al. a) hosi Prosedimentu Administrativu ⁹	Aktu ne'e la lori kualkér efeitu jurídiku no bele konsidera ninia nulidade iha kualkér momentu (artigu 51 hosi Prosedimentu Administrativu)
Inkompetensia absoluta	Nulidade (Aktu nulu)	Artigu 50, no. 2/al. b) hosi Prosedimentu Administrativu	
Inkompetensia relativa	Anulabilidade (Aktu bele sai invalidu - <i>anulável</i>)	Artigu 52 hosi Prosedimentu Administrativu	Aktu administrativu lori efeitu jurídiku, maibé bele halo nia nulu to'o fulan tolu nia laran sura husi loron ne'ebé pratika aktu ne'e. Liu tiha fulan tolu, aktu ne'e sai válidu no la bele halo nulu (artigu 52 hosi Prosedimentu Administrativu, konjuga ho artigu 55, hosi Lei Indonezia nian No. 5 1986 kona-ba jurisdisaun administrativa ¹⁰).

⁹ Dekretu-Lei No. 32/2008, 27 Agostu.

¹⁰ Lejizlasaun indonézia molok 1999: Lei No. 5, 1986, kona-ba jurisdisaun administrativa (Undang-Undang Negara Republik Indonesia nomor 5 tahun 1986, tentang Peradilan Tata Usaha Negara) – hateten iha ninia artigu 55 katak: “Asaun bele propoin iha loron sianulu nia laran, sura hahú hosi momentu ne'ebé simu ka publika atu administrativu” (Pasal 55: “Gugatan dapat diajukan hanya dalam tenggang waktu sembilan puluh hari terhitung sejak saat diterimanya atau diumumkananya Keputusan Badan atau Pejabat Tata Usaha Negara”).

Desvio de Poder

Utilização da função pública para obter benefício ou causar prejuízo ilegítimo (não relacionados com o interesse público)

Utilização de propriedade pública para fins privados

Art. 3.º/3 (...):

- d) Baseadas em erro de direito ou numa **avaliação arbitrária, errónea** ou equivocada dos factos; (...)"
- e) De qualquer outra forma (...) injustificados".



Categorias de Violações de Boa Governação

Sees husi Podér

Uza funsaun públika atu hetan benefísiu ne'ebé la iha direitu ka atu kauza prejuízu ba ema seluk (ne'ebé mós la iha direitu)

Uza propriedade pública tur objetivu privadu

Art. 3.º/3 (...):

- d) Bazeia ba erru lei nian ka avaliasaun arbiru, la loos ka lia-bosok kona-ba faktu sira; (...)"
- e) Iha forma ne'ebé de'it (...) laiha justifikasaun".



Kategoria Violaasaun Governasaun Di'ak

2. DESVIO DE PODER

2.1 Descrição genérica

Nesta categoria integram-se os atos ou comportamentos praticados:

- 1) Através do uso abusivo das funções públicas, com objetivo de ganhar um benefício ou causar um prejuízo ilegítimo e/ou;
- 2) Através da utilização indevida da propriedade do Estado;
- 3) Com fins privados (ou seja, não prosseguem o interesse público)

Assim, integram-se nesta categoria os comportamentos que normalmente se denominam de corrupção e abuso de poder, como receber dinheiro ou um presente para tomar determinada decisão ou tomar determinada decisão por razões privadas (interesses familiares, amizade, etc.). A PDHJ prefere usar o termo “desvio de poder” (e não o termo “abuso de poder”), por ser um termo mais adequado e mais abrangente para os serviços da PDHJ, incluindo várias subcategorias, nas quais se inclui o “abuso de poder”.

2.2. Jurisdição do PDHJ

Artigo 3.º, n.º 3, al. d) do Estatuto PDHJ:

“O Provedor de Direitos Humanos e Justiça investiga, pelo menos, as queixas relativas a actos ou omissões que sejam: (...)

*d) Baseadas em erro de direito ou numa **avaliação arbitrária, errónea** ou equivocada dos factos; (...)*

e) De qualquer outra forma (...)
injustificados”.

2. SEES HUSI PODÉR

2.1 Deskrisaun Jerál

Aktu ka hahalok sira ne'ebé konsidera iha kategoria Sees Husi Podér ne'e mak:

- 1) Ne'ebé halo uzu abuzivu ba funsaun públiku, ho objetivu atu hetan benefísiu ka fó prejuizu ilejítimu; ka
- 2) Ne'ebé halo uzu la loos ba iha sasán/propriedade Estadu nian
- 3) Ho fin privadu (ker dizer, la buka tuir interesse públiku nian).

Nune'e, kategoria ida-ne'e inklui hahalok sira ne'ebé baibain bolu naran korrupsaun no abuzu podér, hanesan, porezemplu, simu osan ka presente atu foti desizaun ruma ka foti desizaun tanba razaun privadu (interesse família, amizade no seluk tan). PDHJ prefere uza liafuan “*desvio de poder*” (sees husi podér) (au invézde “*abuzu podér*”), tanba termu “*Sees husi Podér*” hanesan termu adekuaudu liu no kobre liu ba servisu PDHJ tanba bele inklui sub-kategoria seluk, inklui subcategoria ida hanesan “*abuso de poder*”.

2.2. Provedor nia Jurisdisaun

Artigu 3, No. 3, al. d) hosi Estatutu Provedor nian:

“Provedor de Direitos Humanos e Justiça halo investigasaun ba, pelumenus, keixa sira ne'ebé iha relasaun ho acto ka omisaun ne'ebé:

d) Bazeia ba erru lei nian ka avaliasaun arbiru, la loos ka lia-bosok kona-ba faktu sira; (...) e) *Iha forma ne'ebé de'it (...)*
laiha justifikasaun”

2.3. Comportamento/conduta e subcategorias

Pode-se subdividir o desvio de poder como categoria de VBG, para efeitos da análise de casos na PDHJ¹¹ em duas sub-categorias que serão analisadas abaixo.

Três passos principais ajudam a determinar a existência ou não de um comportamento de “Desvio de Poder”:

1) Fim visado na lei: é necessário apurar qual o fim visado pela lei ao conferir um determinado poder discricionário (fim legal). Assim, por exemplo, num concurso de recrutamento o júri de selecção tem como *fim legal* escolher a pessoa mais adequada ou com mais mérito (com qualificações e experiência mais adequadas, etc.) – este é o fim legal.

2) Motivo determinante (fim real): deve-se apurar qual o motivo determinante para a prática do acto (apurando o *fim real*). Assim, no mesmo exemplo, se um dos membros do júri escolhe alguém porque tem uma relação familiar ou especial amizade ou então porque recebe dinheiro ou um presente, então a relação de familiaridade, a amizade ou o recebimento de dinheiro ou presente são os fins reais.

¹¹ Nota-se que a sub-divisão proposta aqui não representa necessariamente a posição no Direito Administrativo, pois nesta área do Direito a lógica é ligeiramente diferente.

2.3. Hahalok no sub-kategoria sira

Bele subdivide kategoria Sees husi Podér hanesan kategoria VBG nian hodi halo análise ba kazu sira iha PDHJ iha sub-kategoria prinsipál rua tuir iha kraik¹².

Atu determina karik hahalok ida bele konsidera nu’udar “sees husi podér” PDHJ bele uza análise bazeia ba hakat tolu prinsipál:

1) Fin ne’ebé determina iha lei (fin legál): bainhira lei ida fó podér diskrisionáriu ruma, presiza estabelese fin ne’ebé mak lei determina (fin legál). Porezemplu, iha konkursu rekrutamentu, juri selesaun nia fin legál mak atu hili ema ida ne’ebé kualifikadu liu ka ne’ebé iha méritu aas liu (ho kualifikasaun no esperiénsia loloos ka adekua liu, no seluk tan) – ida-ne’e mak fin legál.

2) Razaun determinante: tenke estabelese motivu ne’ebé determina prátika aktu nian (estabelese *fim real*). Iha ezemplu hanesan-ne’e, karik membru ida hosi juri hili kandidatu ida tanba nia iha relasaun familiar ka amizade espesiál ho kandidatu ne’e ka tanba nia simu osan ka presente ruma, entaun relasaun familiár, amizade ka simu osan ka presente mak *fim real*.

¹² Importante observa katak divizaun ba sub-kategoria sira-ne’e la tuir loloos Direitu Administrativu, tanba iha área husi Direitu ne’e, lójika la hanesan.

3) Concordância dos fins (ou seja, se o fim real/motivo é igual ao fim legal): se não coincidirem o ato representa um desvio de poder (sendo também ilegal). No exemplo acima, os fins não coincidem, pois o fim legal era a escolha por mérito e o fim real a escolha por razões familiares ou de amizade ou o recebimento de dinheiro ou presente. Há, desta forma, no exemplo dado desvio de poder.

2.3.1. “Mau uso das funções públicas”, ou seja, uso das funções públicas para obtenção de um benefício ilegítimo e/ou para causar um prejuízo ilegítimo a outrem ou deliberado não cumprimento de um dever público sem motivo justificado

Nesta sub-categoria, o desvio de poder consiste no exercício de um poder (discricionário porque o funcionário tem uma certa margem de apreciação) por um motivo principal que não condiz com o fim que a lei visou ao conferir tal poder. Dentro desta categoria consideram-se o abuso de poder, a corrupção, a participação económica em negócio, etc. A determinação específica depende da situação em concreto analisada pela PDHJ.

3) Fin sira-nia konkordánsia (ker dizer, karik fim real/motivu hanesan ho fim legál): karik fim legál no fim real la tutan malu, aktu ne’e hanesan “sees husi podér” (no ilegál). Iha ezemplu iha leten ne’e, fin sira la hanesan, tanba fin legál mak hili kandidatu ida tuir ninia méritu no fin real mak hili tanba iha relasaun familiár ka amizade ho kandidatu ne’e ka tanba simu osan ka prezente. Tanba ne’e iha ezemplu ne’ebé fó bele konsidera nu’udar “sees husi podér”.

2.3.1 “Uzu la loos funsaun públika nian”, kerdizer uza funsaun públika hodi hetan benefisiu ilejítimu ruma no/ka aktu halo prejuizu ilejítimu ba ema seluk ka la tuir (no iha duni intensaun aktu la halo tuir) kumprimentu dever públiku nian la ho justifikasaun

Iha sub-kategoria ida-ne’e, “sees husi podér” signifika ema ida uza funsaun nu’udar funsionáriu nian, ajente administrativu, polisia, militar, ka líder komunitáriu ezerse podér bazeia ba motivu prinsipál ida ne’ebé la kondís ho fim ne’ebé lei hakarak alkansa bainhira fó poder ne’e (konsidera podér tanba iha diskrisaun – opsaun – ka diskrisionáriu no funsionáriu iha marjin apresiasaun balu). Tama iha kategoria ne’e abuzu podér, korrupsaun, partisipasaun ekonómika iha negósiu, no seluk tan. Determinasaun ba iha violasaun nia tipu sei depende ba situasaun konkreta ne’ebé PDHJ analiza.

Como será enunciado abaixo, em termos de Direito penal estas situações em causa podem configurar crimes de **corrupção passiva, de abuso de poder, de participação económica em negócio** (se está em causa a sua intervenção em contrato ou outra operação ou actividade), **de uso abusivo da força pública e de recusa de cooperação**.

- **Corrupção passiva**

Prática corrupção passiva o funcionário que, no uso dos seus poderes públicos, pede ou aceita vantagem – dinheiro ou outro tipo de vantagem (por exemplo, favor sexual) – para praticar um ato que não iria praticar caso não houvesse a tal solicitação ou aceitação de vantagem. Apesar de a jurisdição do Provedor para analisar casos de corrupção ter sido eliminada dos Estatutos PDHJ em 2009 (com a entrada em vigor da Comissão anti-Corrupção ou “CAC”), mesmo assim podem existir investigações (ou outras atividades relevantes) nessa matéria, desde que primeiro se remeta à CAC a violação específica de corrupção, e o foco da investigação seja outras violações (por exemplo a situação associada de má administração ou de incompetência). Se a CAC não investigar, então a Provedoria pode investigar a inação da CAC e a questão objeto de investigação dentro da categoria “Desvio de Poder”.

Hanesan sei esplika iha kraik, tuir lei penál situasaun hirak ne'e bele representa krime hanesan **korrupsaun passiva, abuzu podér, partisipasaun ekonómika iha negósiu** (karik intervensaun ne'ebé hanesan krimi relaciona ba iha kontratu ka operasaun ka atividade sira seluk) **ka uzu abuzivu podér públiku nian ka rekusa kooperasaun**.

- **Korrupsaun Pasiva**

Funcionáriu halo korrupsaun pasiva bainhira nia husu ka simu vantajen – osan ka vantajen seluk (e.z. favór seksuál) – liu husi uza ninia podér públiku. Aktu ne'ebé ema halo ne'ebé representa korrupsaun hanesan aktu ida nia la sei prátika karik laiha oportunidade atu husu/simu vantajen.

Mezmuke hasai tiha ona iha 2009 husi jurisdisaun Provedor nian kapasidade atu analiza kazu korrupsaun (bainhira tama iha vigor Komisaun Anti-Korrupsaun ka KAK), bele akontese katak PDHJ halo investigasaun (ka atividade seluk relevante) ba iha área korrupsaun pasiva. Importante katak PDHJ haruka uluk kesar ba iha KAK no katak foku espesífiku husi investigasaun mak violasaun sira seluk (hanesan, porezemplu, violasaun relaciona ba administrasaun la-di'ak ka categoria seluk VBG). Karik KAK la halo investigasaun ba kesar ne'ebé Provedor haruka, entaun Provedoria bele investiga fallansu asaun husi KAK no kestaun “Sees husi Podér”.

- Abuso de poder

Pratica abuso de poder o funcionário que, no uso dos seus poderes públicos, abusa das suas funções ou viola os seus deveres para obter, para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou prejudicar alguém. Assim, se o funcionário obtem uma vantagem patrimonial (dinheiro ou bem) ou não patrimonial (favor sexual) estamos no âmbito da corrupção. No entanto, se o funcionário beneficia alguém ilegítimamente, por exemplo, promovendo-o quando não devia (por ser amigo ou familiar) ou prejudica, por exemplo, eliminando alguém de um concurso ilegítimamente (por ser seu inimigo), já se trata de abuso de poder.

- Participação económica em negócio:

A participação económica em negócio é muito semelhante à corrupção mas tem como diferença o funcionário estar envolvido em contrato ou outra operação económica semelhante e aproveitar-se dessa circunstância para obter uma vantagem para si ou terceiro.

- Uso abusivo de força pública

O uso abusivo da força pública envolve um funcionário competente para utilizar, requerer ou ordenar o emprego da força pública, que o faz para impedir a execução da lei, de mandado regular de justiça ou de ordem legítima de autoridade pública.

- Abuzu Podér

Funcionáriu ne'ebé, uza ninia podér públiku, atu abuza ninia funsaun ka viola ninia devér atu bele simu, ba nia a'an ka ema seluk, benefísiu ilejítimu ka halo prejuízu ba ema ida halo violasaun abuzu podér nu'udar sub-divizaun husi kategoria VBG "Uzu Funsauun Públika atu hetan Benefísiu Ilejítimu". Diferensa entre "abuzu podér" no "korrupsaun pasiva" mak "korrupsaun pasiva" relaciona ba hetan vantajén patrimonial ka la patrimonial (osan ka favór seksuál), enkuantu "abuzu podér" relaciona ho fó/hetan benefísiu ida ilejítimu (porezemplu, fó promosaun ba ema ida tanba ema ninia kolega/família, ka hasai ema ida husi prosesu rekrutamentu tanba ema ne'ebá hanesan ninia inimigu).

- Partisipasaun ekonómika iha negósio

Partisipasaun ekonómika iha negósio ida iha relasaun besik ho korrupsaun, maibé diferença boot mak funsionáriu envolvidu iha kontratu ka operasaun ekonómika seluk espesífiku no hetan proveitu husi sirkustánsia ne'e atu bele hetan vantajen ida ba nia a'an ka ba ema seluk.

- Uzu Abuzivu Podér Públiku

Uzu abuzivu podér publiku akontese bainhira funsionáriu competente uza, husu ka fó orden atu uza forsa públika, no halo uzu ba forsa públika ne'e atu bele hapára ezekusaun lei nian, mandatu regulár justisa nian ka orden legítima ida husi autoridade públika.

- Recusa de cooperação

Aqui inclui-se a omissão do funcionário (no sentido do Código Penal) de implementar um dever que lhe recai por consequência de seu estatuto. Ou seja, o funcionário não cumpre ou recusa-se a cumprir um determinado dever que possui por determinação legal. Assim, o funcionário está utilizando o seu poder para outro fim: o de não prestar a cooperação devida e por isto considera-se este tipo de ato dentro da categoria de Desvio de Poder. Como exemplo temos a recusa de cooperação.

É muito importante notar que o funcionário da PDHJ não é obrigado a qualificar o tipo de comportamento em causa, pois essa é uma tarefa dos juristas, especialmente do Ministério Público, quem possui o papel principal de identificar e categorizar os crimes. É uma tarefa extremamente complexa e difícil. Assim, o funcionário pode fazer referência à possibilidade de o comportamento ser *este ou aquele* tipo penal (ou seja, crime do Código Penal), mas não deve indicar apenas um crime e de forma definitiva, pois essa não deve ser a sua tarefa.

- Rekusa atu Kopera

Iha sub-divizaun ne'e bele inklui omisaun husi funsionáriu atu implementa devér ida ne'ebé nia iha tanba ninia estatutu (pozisaun públika). Kerdizer, funsionáriu la kumpre ka rekuza atu kumpre devér ida katak nia iha tanba determina iha lei. Ho nune'e, funsionáriu uza ninia podér ba fin seluk: uza ninia podér atu la fó koperasaun ne'ebé nia devia fó, no nune'e mak konsidera atu ne'e iha kategoria "Sees husi Podér" ninian. Ezemplu prinsipál mak rekuza atu kopera.

Importante tebes atu konsidera katak funsionáriu PDHJ laiha obrigasaun atu halo kualifikasaun ba hahalok tuir sub-divizaun ida ne'e husi "Sub-kategoria "Uzu Funsau Públika atu hetan Benefísiu Ilejítimu". Kualifikasaun iha sub-divizaun sira-ne'e hanesan atividade husi jurista sira, liliu Ministériu Públiku, tanba tuir loloos kualifikasaun ne'e representa knaar prinsipál atu identifika no kategoriza hahalok krime sira. Tarefa kualifikasaun ne'e tarefa ida ne'ebé susar no ho kompleksidade. Ho nune'e, funsionáriu bele halo referénsia ba possibilidade katak hahalok ne'ebe sujeitu ba investigasaun/atividade seluk husi PDHJ bele representa hahalok krime ida husi hahalok krime balun ne'ebé determina iha Kódigu Penál, maibé funsionáriu la tenke identifika krime ida ho espesifiku ne'ebé relevante ba problema, tanba atividade ne'e la'ós funsionariu PDHJ nia atividade.

2.3.2. “Mau uso da propriedade pública”, ou seja, utilização de propriedade pública para fins privados

A utilização de propriedade pública (como carros do Estado, dinheiro do Estado ou outros bens públicos) pode ter duas dimensões, com base na intenção daquele que comete a violação: **a apropriação dos bens como proprietário** (gastar dinheiro consumir um bem, etc.) ou **apenas a utilização dos bens** (utilização dos carros do Estado para fins particulares, como ir levar os filhos à escola).

Em termos de Direito penal estas situações em causa podem configurar crimes de **peculato ou peculato de uso**, sendo a diferença principal entre estes dois crimes a seguinte: no peculato há uma apropriação da coisa e no peculato de uso apenas a sua utilização.

2.4. Princípios em causa mais relevantes

Alguns princípios importantes podem estar em causa no desvio de poder:

- Princípio da imparcialidade (previsto no artigo 5.º do Procedimento Administrativo) ou da isenção (no sentido do art. 40.º/2/e) EFP), que significa que a Administração Pública deve tomar as suas decisões exclusivamente para o cumprimento das suas funções específicas, e não sob influência de interesse alheios à sua função.

2.3.2. “Uzu la loos husi propriedade pública”, kerdizer uza propriedade pública ba interese privadu

Uza sasan públiku (hanesan karreta Estadu, osan husi Estadu no sasan públiku sira seluk) bele iha dimensaun rua, bazeia ba intensaun husi ema ne'ebé halo violasaun: **hela ho sasan ne'e hanesan na'in** (gasta osan, uza sasan ida, no seluk tan) ka **uza de'it sasan sira** (uza karreta Estadu ba interese privadu, hanesan lori oan sira ba eskola).

Tuir lei penál situasaun hirak ne'e bele representa krime **pekulatu ka pekulatu uzu**. Diferensa prinsipál entre krime rua ne'e iha situasaun husi pekulatu mak funcionáriu uza sasan públika halo sai ninian-rasik no pekulatu uzu mak funcionáriu uza sasan Estadu nian ba ninia proveitu rasik.

2.4. Prinsípiu Relevante Liu

Hahalok “Sees husi Podér” bele iha impaktu negativu ba iha prinsípiu importante hanesan:

- Prinsípiu imparcialidade (ne'ebé prevee iha artigo 5 Prosedimentu Administrativu) ka izensaun (art. 40.º/2/e) EFP), signifika katak Administrasaun Públika tenke foti desizaun atu kumpre de'it ninia funsaun espesífika, no labele iha influénsia hosi interese liur husi ninia funsaun. Ho nune'e, órgaun no ajente administrativu sira tenke atua iha maneira ida imparsiál (labele sadere ba sorin ida) hosi interese sira husi situasaun ida ne'ebé órgaun/ajente sira halo desizaun.

- Princípio da prossecução do interesse público (previsto no artigo 137.º, n.º 1, da CRDTL, bem como no artigo 3.º da Estrutura Orgânica da Administração Pública (Decreto-Lei n.º 12/2006), sendo que o interesse público pode definir-se genericamente como o interesse colectivo, o interesse geral de uma comunidade ou o bem comum. O interesse público é ainda constituído pela esfera de necessidades a que a iniciativa privada não consegue responder, e que são vitais para a comunidade na sua totalidade e para cada um dos seus membros.

2.5. Responsabilização e validade do acto

2.5. A) Eventual responsabilidade disciplinar

Se o funcionário ou agente administrativo pratica um desvio de poder, tal pode representar uma violação de alguns dos seguintes deveres previstos no Estatuto da Função Pública. Será o funcionário da PDHJ a determinar quais os deveres relevantes para o caso específico.

- Prinsípiu hala'ò interesse públiku (prevee iha artigu 137, n.º 1, hosi KRDTL, no mós iha artigu 3 hosi Estrutura Orgânica da Administração Pública (Dekretu-Lei n.º 12/2006), interesse públiku bele define hanesan interesse kolektivu, interesse jerál comunidade ida nian ka bem komúm. Ita mós bele hateten katak nesesidade sira ne'ebé esensiál ba comunidade nu'udar hamutuk no ba ninia membru ida-idak, ne'ebé inisiativa privada labele responde, konstitui ka forma interesse públiku.

2.5. Responsabilidade no Validade Aktu nian

2.5.A) Posivel Responsabilidade Dixiplinár

Karik funsionáriu ka ajente administrativu ida halo “Sees husi Podér” (relasiona ho kualkér sub-kategoria) bele sai hanesan violasaun ba devér balun ne'ebé prevee iha Estatutu Funsauñ Públika. Depende ba funsionáriu PDHJ atu determina devér (sira) ne'ebé mak relevante ba kazu espesífiku ida.

- Dever de lealdade (art. 40.º/1/a) EFP), que significa que o funcionário desempenha as suas funções subordinando a sua actuação aos objectivos institucionais do serviço e na perspectiva da prossecução do interesse público

- Dever de isenção (art. 40.º/1/e) EFP e art. 41.º/1/h) EFP), que significa que o funcionário não deve retirar vantagens, directas ou indirectas, pecuniárias ou outras, das funções que exerce, actuando independentemente em relação aos interesses e pressões particulares de qualquer índole, na perspectiva do respeito pela igualdade do cidadão

- Proibição de receber presentes relacionados com o exercício das suas funções (art. 42.º/ h) EFP e n.º 12 Código Ética)

- Proibição de abuso de poder (art. 42.º/ b) EFP), este dever não é definido pelo EFP, mas deve ser interpretado contendo um conteúdo semelhante ao do crime de abuso de poder previsto no art. 297.º do Código Penal

- Proibição de condução de actividades que beneficiem interesses pessoais ou tragam desvantagens para o Estado (art. 42.º/ f) EFP e n.º 5) Código de Ética)

- Dever de imparcialidade (art. 6.º EFP, art. 41.º/1/c) EFP e n.º 7) Código de Ética) e proibição de decidir quando existem conflitos de interesses (art. 10.º EFP)

- Respeito pelo princípio da igualdade (art. 8.º) e não discriminação e (art. 41.º/1/n) EFP)

- Devér lealdade (artigo. 40/1/a) EFP), signifika katak funsióariu tenke hala'ó ninia knaar no submete ninia atuaun ba objetivu institusionál sira husi ninia servisu, ho perspetiva atu lori interese públiku ba oin

- Devér izensaun (artigo 40/1/e) EFP no artigo artigo 41/1/h) EFP), signifika katak funsióariu labele hetan vantajen, direta ka indireta, tuir forma osan ka seluk, hosi knaar ne'ebé nia hala'ó. Funsionáriu tenke atua independentemente hosi kualkér interese ka presaun privadu, ho perspetiva atu respeita igualdade sidadaun sira nian

- Bandu simu presente ne'ebé iha relasaun ho knaar ne'ebé nia hala'ó (artigo 42/h) EFP no número 12 Kódigu Étika nian)

- Bandu atu halo abuzu poder (artigo 42/b) EFP), devér ne'e la'ós EFP mak define, maibé tenke interpreta hanesan nia iha konteúdu hanesan ho konteúdu hosi krime abuzu poder ne'ebé prevee iha artigo 297 Kódigu Penál

- Bandu atu hala'ó atividade ne'ebé fó benefisiu ba interese pesoál ka la fó vantajen ba Estado (artigo 42/f) EFP no número 5) Kódigu Étika nian)

- Devér imparcialidade (artigo 6 EFP, artigo 41/1/c) EFP no número 7) Kódigu Étika nian), ne'ebé esplika tiha ona iha leten, no bandu atu foti desizaun bainhira iha konflitu interese (artigo 10 EFP)

- Respeitu ba prinsípiu igualdade nian (artigo 8) no diskriminasaun-laek (artigo 41/1/n) EFP)

- Proibição de utilização abusiva de bens do Estado, como utilização de propriedade da Administração Pública (art. 42.º/ d) EFP, art. 42.º/ e) EFP e n.º 13 Código Ética)

-Proibição de servir de intermediários a empresários para obter contratos de fornecimento de bens ou serviços (art. 42.º/ n) EFP)

- Proibição de ser dono de acções ou titulares de capital em empresas cujas actividades se desenvolvam no sector em que trabalham (art. 42.º/ o) EFP)

- Proibição de deter acções ou ser titulares de capital em empresas cujas actividades não se desenvolvam no sector em que trabalham, mas que lhes permitam ter controlo directo da empresa (art. 42.º/p) EFP)

2.5.B) Eventual responsabilidade penal

Para facilitar o entendimento, importa relacionar as subcategorias do desvio de poder com a violação dos deveres disciplinares e com a eventual prática de crimes. Os crimes que se encontram relacionados com a VBG de “Desvio de Poder” são aqueles previstos no CP na secção relativa aos “*crimes praticados no exercício de funções públicas*”. No entanto, é essencial compreender que a violação dos deveres previstos no EFP gera responsabilidade disciplinar (que deve ser aferida em sede de procedimento disciplinar) e que a prática dos crimes previstos no CP gera responsabilidade penal (que deve ser aferida pelo Tribunal). Para facilitar o entendimento, importa ver a tabela abaixo.

- Bandu atu uza ho abuzá ba sasán Estadu nian, hanesan uza Administrasauñ Públika nia propriedade (artigu 42/d) EFP, artigu 42/e) EFP no número 13, Kódigu Étika nian)

- Bandu atu serví nu’udar intermediáriu ba emprenzáriu sira atu hetan kontratu kona-ba forneshmentu sasán ka servisu (artigu 42/n) EFP)

- Bandu atu sai na’in ba asaun sira ka titulár kapitál iha empresa ne’ebé dezenvolve atividade iha seitór ne’ebé funshonáriu servisu ba (artigu 42/o) EFP)

- Bandu atu iha asaun sira ka titulár kapitál iha empresa ne’ebé la dezenvolve atividade iha seitór husi ninia servisu, maibé loke dalan ba nia atu iha kontrole direta ba iha empresa ne’e (artigu 42/p) EFP)

2.5. B) Posível responsabilidade kriminál

Atu fasilita kompreensaun, ita presiza halo ligasaun sub-kategoria husi kategoria-xave “Sees husi Podér” ba violasaun dixiplinár no eventual prátika krime. Krime sira relevante ba VBG “Sees husi Podér” mak prevee iha seksaun Kódigu Penál nian kona-ba “krime ne’ebé prátika bainhira hala’o funsaun públika”. Maibé, importante atu komprende katak violasaun ba devér ne’ebé prevee iha EFP kria responsabilidade dixiplinar (ne’ebé sei konsidera iha prosesu dixiplinár) no katak krime sira ne’ebé prevee iha Kódigu Penál kria responsabilidade penál (ne’ebé sei konsidera iha Tribunál).

Atu fasilita kompreensaun, bele haree ba tabela iha kraik.

Tabela sobre os crimes praticados no exercício de funções públicas

Sub-categorias	Regras relativas a responsabilidade disciplinar no EFP	Tipos penais possíveis				
<p>(1) “Mau uso das funções públicas” ou uso das funções públicas ou da sua categoria <i>(por exemplo da categoria de funcionário, agente administrativo, polícia, militar ou líder comunitário)</i> para obtenção de um benefício ilegítimo e/ou para causar um prejuízo ilegítimo a outrem ou deliberado não cumprimento de um dever público sem motivo justificado</p>	<p>Dever de lealdade (art. 40.º/1/a) EFP) Dever de isenção (art. 40.º/1/e) EFP e art. 41.º/1/h) EFP) Proibição de receber presentes relacionados com o exercício das suas funções (art. 42.º/ h) EFP e n.º 12 Código Ética)</p>	Corrupção passiva (para acto ilícito ou lícito) (artigos 292 e 293 CP)				
		<p>Sujeito que pratica o crime</p>	<p>Acção ou comportamento que consubstancia o crime</p>	<p>Objectivo imediato do comportamento</p>	<p>Resultado da acção</p>	<p>Exemplo</p>
	<p>Funcionário público ou outra pessoa com consentimento ou ratificação do funcionário</p>	<p>Solicita (pede) ou Aceita</p>	<p>Obtém vantagem patrimonial ou não patrimonial* (para si ou outra pessoa) ou a promessa da vantagem * <i>Vantagem que não é avaliável em dinheiro, por exemplo favor sexual</i></p>	<p>Prática de qualquer acto ou omissão contrários aos deveres do cargo (acto ilícito) Ou Prática de qualquer acto ou omissão não contrários aos deveres do cargo (acto lícito)</p>	<p>Corrupção passiva para acto ilícito: Funcionário do departamento de trânsito recebe determinada quantia para dar uma carteira de condução a um indivíduo que não fez o teste de condução</p>	
	<p>Proibição de abuso de poder (art. 42.º/ b) EFP) Proibição de condução de actividades que beneficiem interesses pessoais ou tragam desvantagens para o Estado (art. 42.º/ f) EFP e n.º 5) Código de Ética)</p>	Abuso de poder (artigo 297 CP)				
<p>Sujeito que pratica o crime</p>	<p>Acção ou comportamento que consubstancia o crime</p>	<p>Objectivo imediato do comportamento</p>	Exemplos			

	<p>Proibição de usar segredos do Estado de que tenham conhecimento devido para tirar vantagens pessoais ou de grupo (art. 42.º/ m) EFP)</p> <p>Dever de imparcialidade (art. 6.º EFP, art. 41.º/1/c) EFP e n.º 7) Código de Ética)</p> <p>Conflito de interesses (art. 10.º EFP)</p>	Funcionário público	Abusa das suas funções ou competências ou viola os seus deveres	Obtém, para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou causa prejuízo a alguém	<p>Ex 1 - Professor de escola pública que dá notas mais altas não devidas para um aluno.</p> <p>Ex 2 - Médico que dá um exame médico falso a um amigo para este faltar ao serviço</p>
	<p>Proibição de servir de intermediários a empresários para obter contratos de fornecimento de bens ou serviços (art. 42.º/ n) EFP)</p> <p>Proibição de ser dono de acções ou titulares de capital em empresas cujas actividades se desenvolvam no sector em que trabalham (art. 42.º/ o) EFP)</p> <p>Proibição de deter acções ou ser titulares de capital em empresas cujas actividades não se desenvolvam no sector em que trabalham, mas que lhes permitam ter controlo directo da empresa (art. 42.º/p) EFP)</p>	Participação económica em negócio (artigo 299 CP)			
		Sujeito que pratica o crime	Acção ou comportamento que consubstancia o crime	Objectivo imediato do comportamento	Exemplos
		Funcionário que, em razão do exercício de cargo público, deva intervir em contrato ou outra operação ou actividade económica	Aproveita-se da sua intervenção em contrato ou outra operação ou actividade	Obtém para si ou para terceiro, directamente ou por interposta pessoa, vantagem patrimonial, ou, por qualquer outra forma, participação económica ilícita, E Lesa os interesses públicos que lhe cumpriria administrar, fiscalizar, defender ou realizar	Num concurso público, o Ministro adjudica uma proposta para realização de uma obra pública a um familiar seu, quando existem melhores propostas a concurso.
	<p>Dever de obediência (art. 40.º/ b) EFP e art. 43.º EFP)</p> <p>Dever de isenção (art. 40.º/ e) EFP e art. 41.º/ h) EFP)</p> <p>Dever de cumprir os regulamentos em</p>	Uso abusivo da força pública (artigo 298 CP)			
		Sujeito que pratica o crime	Acção ou comportamento que consubstancia o crime	Objectivo imediato do comportamento	Exemplos

	<p>vigor e as ordens oficiais dos superiores competentes (art. 41.º/ u) EFP)</p>	<p>Funcionário competente para utilizar, requerer ou ordenar o emprego da força pública</p>	<p>Utilização da força pública: O funcionário utiliza, requer ou ordena o uso da força pública</p>	<p>Impedir: - A execução da lei; - Mandado regular de justiça; - Ordem legítima de autoridade pública</p>	<p>Ex – um chefe militar pede aos seus subordinados para se colocar à porta da casa de um seu familiar para impedir o acesso da polícia ao familiar que vai ser detido nos termos previstos no CPP</p>
	<p>Dever de responder oportunamente ao Governo no que for solicitado (art. 41.º/g) EFP) Dever de manter a unidade, integridade, solidariedade e a harmonia na função Pública (art. 41.º/l) EFP) Proibição de actuar “de forma a que a outra parte não encontre a assistência necessária” (art. 42.º/k) EFP) Proibição de encobrimento e remoção de documentos (art. 46.º EFP)</p>	Recusa de cooperação (artigo 300 CP)			
		Sujeito que pratica o crime	Ação ou comportamento que consubstancia o crime	Objectivo imediato do comportamento	Exemplos
		<p>Funcionário legitimamente solicitado pela autoridade competente para prestar cooperação devida para a administração da justiça/outro serviço público</p>	<p>Recusar-se a cooperar ou simplesmente não cooperar</p>	<p>Recusa ou não prestação da cooperação sem motivo justificado</p>	<p>Ex – Funcionário do Ministério da Educação que não comparece na PDHJ para prestar declarações pois o “respondente” é seu primo</p>

		Peculato (artigo 295 CP)			
		Sujeito que pratica o crime	Ação ou comportamento que consubstancia o crime	Objectivo imediato do comportamento	Exemplos
<p>(2) “Mau uso da propriedade pública ou utilização de propriedade pública (por exemplo carros do Estado, dinheiro do Estado ou outros bens públicos) para fins privados.</p>		<p>Proibição de utilização abusiva de bens do Estado, como utilização de propriedade da Administração Pública (art. 42.º/ d) EFP, art. 42.º/ e) EFP e n.º 13 Código Ética)</p>	<p>Funcionário</p> <p>Apropria-se para seu proveito ou de outra pessoa) <i>(isto é pega – e não devolve/ou consome)</i></p>	<p>Apropria-se de dinheiro ou coisa móvel, pública ou particular que lhe foi entregue, está na sua posse ou lhe é acessível em razão das suas funções</p> <p>- aplicável especificamente quando funcionário der de empréstimo, empenhar ou, por qualquer forma, onerar os valores ou objectos</p>	<p>Ex 1 - Diretor de uma escola que fica com parte da merenda escolar. Ex 2 – Funcionário do MSS que se apropria do dinheiro que deveria ser entregue aos idosos (subsídio). Ex.3 – funcionário que se apropria de gasolina que deveria ser colocada no veículo do Estado.</p>

Peculato de uso (artigo 296 CP)			
Sujeito que pratica o crime	Ação ou comportamento que consubstancia o crime	Objectivo imediato do comportamento	Exemplos
Funcionário	Usa para seu proveito ou entrega para o uso de outra pessoa (isto é usa e depois devolve)	objecto ou dinheiro que lhe foi entregue, está na sua posse ou lhe é acessível em razão das suas funções (e.g. usa veículos ou outras coisas móveis de valor significativo) para fins alheios a que se destinam	Ex - Funcionário que utiliza o carro do Estado a que tem direito por força das suas funções para fins particulares (levar os filhos à escola ou ir ao distrito visitar família, ou fazer campanha a seu partido de afiliação)

Nota: o conceito de funcionário no Direito Penal encontra-se definido no art. 302^{o13} CP com grande amplitude: abrange todas as pessoas que prestam funções públicas e as que prestaram mas já não desempenham estas funções públicas. Ainda se aplica a quem desempenhe funções políticas, governativas ou legislativas.

¹³ 1. Para efeitos da lei penal, a expressão funcionário abrange:

- a) O funcionário civil;
 - b) O agente administrativo;
 - c) Os membros das forças armadas e policiais;
 - d) Quem, mesmo provisória ou temporariamente, mediante remuneração ou a título gratuito, voluntária ou obrigatoriamente, tenha sido chamado a desempenhar ou a participar no desempenho de uma actividade compreendida na função pública administrativa ou jurisdicional, ou, nas mesmas circunstâncias, desempenhe funções em organismos de utilidade pública ou nelas participe.
 - e) O funcionário público estrangeiro que ocupe um cargo legislativo, executivo, administrativo ou judicial de um país estrangeiro, já designado ou empossado ou pessoa que exerça uma função pública para um país estrangeiro, inclusive em um organismo público ou uma empresa pública.
 - f) O funcionário de organização internacional pública a quem tal organização tenha autorizado a actuar em seu nome
2. Para efeitos penais, aplica-se o disposto no presente título a quem desempenhe funções políticas, governativas ou legislativas.

Sub-kategoria	Regra kona-ba responsabilidade dixiplinar	Tipu penál				
<p>(I) Uza funsaun públika hodi hetan benefísiu ilejítimu ruma no/ka atu halo prejuizu ilejítimu ba ema seluk ka la tuir (no iha duni intensaun atu la halo tuir) kumprimentu dever públiku nian la ho justifikasaun</p>	<p>Devér lealdade (artigu 40/I/a) EFP Devér izensaun (artigu 40/I/e) EFP no artigu 41/I/h) EFP) - Bandu simu prezente ne'ebé iha relasaun ho funsaun ne'ebé nia hala'o (artigu 42/h) EFP no No. 12 Kódigu Étika nian).</p>	Korrupsaun pasiva (ba aktu ilícito ka lícito) artigu 292 no 293 CP				
		Ema ne'ebé pratika krime	Asaun ka hahalok ne'ebé sai nu'udar baze ba krime	Objetivu imediatu hahalok nian	Rezultadu asaun nian	Ezemplu
	Funionáriu públiku ka ema seluk ne'ebé iha funsionáriu nia konsentimentu ka ratifikasaun	Husu ka Simu	Hetan vantajen patrimonial ka la'os patrimonial* (ba nia a'an ka ema seluk) ka promessa vantajen nian * <i>Vantajen ne'ebé labele determina ninia valór iha osan, hanesan, purezemplu, favor seksuál</i>	Prátika aktu ka omisaun ne'ebé kontráriu ba ninia knaar nia devér (acto ilícito) Ka Prátiku kualkér aktu ka omisaun ne'ebé la'os kontráriu ba ninia knaar nia devér (acto lícito)	Korrupsaun pasiva ba aktu ilícito: Funionáriu hosi departamentu tránzitu simu osan lubuk ida atu fó karta kondusaun ba ema ida ne'ebé la halo ezame kondusaun	
	<p>Bandu abuzu poder (art. 42/ b) EFP - Bandu atu hala'o atividade ne'ebé fó benefísiu ba interese pesoál ka la fó vantajen ba Estadu (artigu 42/f) EFP no</p>	Abuzu Poder (artigu 297 CP)				
Ema ne'ebé halo krime	Asaun ka hahalok ne'ebé sai nu'udar baze ba krime	Objetivu imediatu hahalok nian	Ezemplu			

	<p>númeru 5) Kódigu Étika nian) Bandu atu uza segredu Estadu ne'ebé nia hatene hodi hetan vantajen pesoál ka grupu nian (artigu 42/m) EFP) Devér imparcialidade (artigu 6 EFP, artigu 41/1/c) EFP no No. 7) Kódigu Étika nian) Konflitu interese (artigu 10 EFP)</p>	Funionáriu públiku	Abuza ninia funsaun ka kompeténsia, ka viola ninia devér	Hetan benefisiu ilejítimu ba nia a'an rasik ka ba ema seluk, ka halo prejuizu ba ema ruma	<p>Ezemplu 1 - Professor ida hosi eskola públika fó nota aas liu ba estudante ida ne'ebé la merese. Ezemplu 2 – Doutor ida fó atestadu médiku falsu ba ninia kolega atu falta servisu Ezemplu 3 – polisia kaer ema ida liu husi prosesu ne'ebé la tuir CPP , tanba polisia iha problema privadu ho ema ne'e</p>
	<p>- Bandu atu serve nu'udar intermediáriu ba emprenzáriu sira atu hetan kontratu kona-ba fornimentu sasan ka servisu (artigu 42/n) EFP) Bandu atu hana'in açções ka titular de capital iha empreza ne'ebé desenvolve atividade iha setór relasiona ho nia servisu (artigu 42/o) EFP) Bandu atu iha açções ka titular de capital iha empreza ne'ebé la desenvolve atividade iha setór relasiona ba ninia servisu, maibé loke dalan ba nia atu iha kontrole diretu iha empreza ne'e (artigu 42/p) EFP)</p>	Partisipasaun ekonómika iha negósiu (artigu 299 CP)			
		Ema ne'ebé halo krime	Asaun ka hahalok ne'ebé sai nu'udar baze ba krime	Objetivu imediatu hahalok nian	Ezemplu
		Funionáriu ne'ebé, tanba funsaun públika ne'ebé nia okupa, sei halo intervensaun ba iha kontratu ka tranzasaun ka atividade ekonómika sira seluk	Uza ninia intervensaun iha kontratu ka tranzasaun ka atividade sira seluk hodi hetan proveitu	Hetan vantajen patrimonial (ba ninia a'an ka ema seluk), direktamente ka liuhosi intermediáriu ida, ka, hosi forma sira seluk, partisipasaun ekonómika ilícita no Prejudika interese públika ne'ebé nia devia kumpre aktu administra, fiskaliza, defende ka hala'o	Iha konkursu públiku, Ministru aprova proposta hosi ninia família atu hala'o projetu públiku ida, biar iha proposta seluk ne'ebé di'ak liu.
		Uzu Abuzivu Forsa Públika (artigu 298 KP)			
	<p>- Devér obediénsia ((art. 40.º/ b) EFP e art. 43.º EFP) - Devér inzensaun (art. 40.º/ e) EFP e</p>	Ema ne'ebé halo krime	Asaun ka hahalok ne'ebé sai nu'udar baze ba krime	Objetivu imediatu hahalok nian	Ezemplu

	<p>art. 41.º/ h) EFP) Devér atu kumpre regulamentu sira ne'ebe aplikável no orden ofisiál sira husi superior ne'ebé iha kompeténsia (art. 41.º/ u) EFP)</p>	<p>Funسیونáriu kompetente atu uza ka fó orden atu uza forsa públíka</p>	<p>Uza duni forsa públíka (funسیونáriu uza, husu atu uza ka fó orden atu uza forsa públíka)</p>	<p>Impedir: A execução da lei; Mandado regular de justiça; Ordem legítima de autoridade públíka</p> <p>Hapára - Halo esekusaun lei - Mandatu regulár husi justisa - Orden lejítima husi autoridade públíka</p>	<p>Ez.- xefe militar husu ba ninia subordinadu atu halo serguransa iha uma husi membru ida husi ninia família atu bele hapára asesu husi polísia ba membru família nia uma tanba polísia iha mandatu detensaun tuir KPP</p>
	<p>Dever atu fó hatan ba Governu bainhira Governu husu (art. 41.º/g) EFP) Devér atu mantéin unidade, integridade, solidariedade no armonia iha funsaun públíka (art. 41.º/l) EFP) Bandu atu halo asaun tuir dalan ida ne'ebé parte seluk la bele hetan asisténsia tuir parte seluk nia nesidade (art. 42.º/k) EFP) Bandu atu subar ka hasai dokumentu sira (art. 46.º EFP)</p>	Rekuza atu koopera (artigo 300 CP)			
		Ema ne'ebé halo krime	Asaun ka hahalok ne'ebé sai nu'udar baze ba krime	Objetivu imediatu hahalok nian	Ezemplu
		<p>Funسیونáriu ne'ebé simu pedidu lejítimu husi autoridade kompetente duni atu bele kopera ho administrasaun justisa ka servisu públíku seluk</p>	<p>Rekusa (la tuir) atu kopera ka simplesmente la kopera</p>	<p>Rekusa atu halo koperasaun la iha justifikasaun</p>	<p>Ez.: funسیونáriu husi Ministério da Educacao la marka prezensa iha PDHJ atu fó deklarasaun tanba "respondente" funسیونariu ne'e nia primu.</p>
(2) Uza propriedade públíka ba fim privadu.	<p>Bandu atu uza Ben (sasán) Estadu nian, hanesan uza Administrasaun Públíka nia propriedade (artigo 42/ d) EFP, artigo 42/ e) EFP no No. 13 Kódigu Étika nian)</p>	Pekulatu (artigo 295 CP)			
		Ema ne'ebé halo krime	Asaun ka hahalok ne'ebé substancia krime	Objetivu imediatu hahalok nian	Ezemplu
		<p>Funسیونáriu</p>	<p>Hela ho sasán Estadu nian ba ninia proveitu rasik ka</p>	<p>Hela ho osan ka sasan públíku ka privadu ne'ebé entrega ba nia, iha ninia</p>	<p>Ezemplu 1 - Diretor eskola ida foti parte merenda eskolar. Ezemplu 2 – Funسیونáriu hosi MSS hela</p>

			ema seluk nian (katak, hela ho sasan no la fó fila ka uzalkonsome tiha)	liman ka ne'ebé nia bele hetan asesu tanba knaar ne'ebé nia hala'o - bele aplika liliu bainhira funsonariu fó empréstimu, halo peñora ka onera sasán ka osan Estadu nian	tiha ho osan ne'ebé atu entrega ba katuas/ferik sira (subsídiu). Ezemplu 3 – Funsonáriu foti fali (ka uzsa fali ba fin privadu) gazolina ne'ebé atu tau iha kareta Estadu.
Pekulatu Uzu (artigu 296 CP)					
		Eme ne'ebé halo krime	Asaun ka hahalok ne'ebé consustancia krime	Objetivu imediatu hahalok nian	Ezemplu
		Funsonáriu	Uza sasán Estadu nian ba ninia proveitu rasik ka entrega ba ema seluk atu uza (katak, uza tiha no fó fila)	Sasán ka osan ne'ebé entrega ba nia, iha ninia liman ka nia bele hetan asesu tanba knaar ne'ebé nia hala'o (ezemplu, uza kareta ka sasán sira seluk ho valor signifikativu ba fim estrañu	Eis – Funsonáriu uza kareta Estadu ne'ebé nia iha direitu, tanba funsaun ne'ebé nia iha, ba fim privadu (lori oan sira ba eskola ka ba distritu atu vizita familia, ka halo kampaña ba ninia partidu polítiku)

Nota: konseitu husi funsonáriu iha Direitu Penál define iha artigu 302¹⁴ husi Kódigu Penál ho konseitu-luan: tanba inklui ema hotu-hotu ne'ebé mak funsonáriu públiku no ema sira ne'ebé molok servisu hanesan funsonáriu públiku. No mós aplika ba ema ne'ebé okupa kargu lejizlativu, ezeutivu, administrativu ka judisiál.

¹⁴ 1. Ba lei penál nia efeitu, tama iha expresaun funsonáriu:

- a) Funsonáriu sivil;
 - b) Ajente administrativu;
 - c) Forsa armada no polisiál sira nia membru;
 - d) Ema ne'ebé, maski provizoriamente ka temporariamente, ho remunerasaun ka gratuitamente, voluntariamente ka obrigatoriamente, simu funsaun atu kaer ka kaer ho ema seluk aktividade iha funsaun públika administrativa ka jurisdisionál, ka, iha sirkunstánsia hanesan sira-ne'e, kaer ka kaer ho ema-seluk funsaun iha organizmu ho utilidade públika ka partisipa iha funsaun sira-ne'e.
 - E) Funsonáriu públiku husi rai-liur ne'ebé okupa kargu lejizlativu, ezeutivu, administrativu ka judisiál husi nasaun rai-li'ur, hetan nomeasaun ka tomada pose ka pesoál ida ne'ebé mak ezerse funsaun públika ba nasaun rai-li'ur ida, no mós iha organizaun públiku ida ka iha empreza públika ida.
 - F) Funsonáriu husi organizaun internasionál públika ka funsonáriu ida ne'ebé mak bele foti asaun hanesan representante ho autorizaun husi ninia organizaun.
2. Ba lei penál nia efeitu, sei aplika mós titulu ida-ne'e nia dispozisaun ba ema ne'ebé ezerse funsaun polítika, governativa ka lejislativa.

2.5.C) Validade do acto administrativo praticado

Se o desvio de poder implicar a prática de um crime, o acto será nulo, por força do artigo 50.º, n.º2/c) do Procedimento Administrativo. A validade do ato que represente um desvio de poder depende da sua categorização como um crime. Com base nesta categoria de violação, o ato não produz qualquer efeito jurídico e a nulidade pode ser invocada a qualquer altura.

Nos restantes casos não previstos especificamente no artigo 50.º, o acto será, em princípio, anulável, nos termos da regra geral prevista no artigo 52.º do Procedimento Administrativo.

Neste caso, o acto administrativo produz efeitos jurídicos, mas pode ser anulado até 3 meses após a sua prática. Passados esses 3 meses o acto torna-se válido.

2.5. C) Validade husi Aktu Administrativu nian

Karik “Sees husi Podér” envolve prática crime ida, aktu ne’e sei laiha validade, tuir artigu 50-2/c) husi Prosedimentu Administrativu. Validade hosi aktu ida ne’ebé representa Sees husi Podér sei depende ba ninia klasifikasaun hanesan crime. Tuir kategoria violasaun ida ne’e, aktu la prodús kualkér efeito jurídku, no bele invoka ninia nulidade iha kualkér momentu.

Iha kazu sira seluk ne’ebé la prevee espesífiku iha artigu 50 husi Prosedimentu Administrativu, aktu ne’ebé hanesan sujeitu violasaun boa governasaun, iha prinsípiu, bele lakon valór (anulabilidade – aktu bele sai nulu, aktu anulável), tuir regra jerál ne’ebé prevee iha artigu 52 Prosedimentu Administrativu nian.

Iha situasaun ne’ebé violasaun Sees husi Podér la representa crime ida, aktu administrativu prodús efeito jurídku, maibé bele anula to’o fulan tolu sura husi loron prática aktu ne’e. Liu tiha fulan tolu, aktu ne’e sai válido.

Má administração

Dificuldade no acesso a serviço público (por exemplo, por ineficácia, demora, burocracia ou distância)

Falta de informação/transparência ou falta de participação/colaboração com os particulares

Falta de controlo ou fiscalização eficaz

Art. 3.º/3 (...):

b) Irrazoáveis, injustos, opressivos ou discriminatórios; (...)
e) De qualquer outra forma, irregulares e injustificados”.



Categorias de Violações de Boa Governação

Mal –Administração/Administração La di'ak

Dificuldade atu hetan asesu ba servisu publiku (e.z. la iha efikasiasa husi sistema, sistema la adekua ba realidade, atrazu bo'ot ka burokrasia bo'ot)

La iha informasaun suficiente (inklui la iha transparensia) ka la iha partisipasaun/kolaborasaun husi ema privadu

Sistema kontrolu la efikas

Art. 3.º/3 (...):

b) laiha razaun baze, la justu, opresivu no deskriminatóriu
e) (...) husi kualkér forma ne'ebé irregulár no laiha justifikasaun



Kategoria Violação Governação Di'ak

3. MÁ ADMINISTRAÇÃO

3.1. Descrição genérica

Nesta categoria integram-se os actos praticados em violação do dever de boa administração. É especialmente analisada a eficácia e transparência dos sistemas ou procedimentos administrativos, bem como se são sistemas justos ou causam alguma injustiça.

Assim, normalmente esta análise complementa a análise de outras violações de Boa Governação. Por exemplo, caso a PDHJ detecte uma ilegalidade no pagamento de um subsídio à população (como aos idosos) deve ser analisada a eficácia, transparência e mesmo a justiça do sistema e dos procedimentos que envolvem o pagamento desse subsídio, já que muitas vezes as ilegalidades estão estritamente relacionadas com a ineficácia ou falta de controlo dos sistemas e/ou podiam ser evitadas com melhores sistemas e procedimentos mais transparentes.

3.2. Jurisdição do PDHJ

Artigo 3.º, n.º 3, al. b) e e) do Estatuto PDHJ:

*“O Provedor de Direitos Humanos e Justiça investiga, pelo menos, as queixas relativas a actos ou omissões que sejam:
(...)*

b) Irrazoáveis, injustos, opressivos ou discriminatórios;(…)

e) De qualquer outra forma, irregulares e injustificados”.

3. MAL-ADMINISTRASAUN

3.1. Deskrisaun jenérika

Iha kategoria ida-ne'e integra aktu sira ne'ebé viola devér boa governasaun. Análize iha foku prinsipál ba iha efikásia no transparénsia husi sistema ka prosedimentu administrativu, no mós karik sistema sira hanesan sistema justu ka hanesan sistema ne'ebé bele rezulta injustisa.

Nune'e, baibain análise ida-ne'e komplementa análise ba violasaun Boa Governasaun sira seluk. Porezemplu, karik PDHJ identifika ilegalidade ruma iha pagamentu subsídiu nian ba populasaun (hanesan ba iha katuas/ferik sira), PDHJ tenke analiza sistema ka prosedimentu pagamentu subsídiu ne'e nian, hodi haree ninia efikásia, transparénsia, no mós injustisa, tanba dala barak ilegalidade iha relasaun besik ho inefikásia husi sistema ka limitasaun husi sistema nia mekanizmu kontrole, no/ka bele evita ilegalidade ho sistema ne'ebé di'ak liu no prosedimentu ne'ebé transparente liu.

3.2. PDHJ nia jurisdisaun

Artigu 3, No. 3, al. b) no e) hosi Estatutu PDHJ:

*“Provedor de Direitos Humanos e Justiça halo investigasaun ba, pelumenus, keixa kona-ba asaun ka omisaun ne'ebé:
(...)*

b) La'os razoavel, injustu, opresivu ka diskriminatóriu; (...)

e) Iha forma ne'ebé de'it, irregular no laiha justifikasaun”.

3.3. Comportamento/conduta e subcategorias

A má administração, no sentido em que foi explicada acima, ou seja, fundamentalmente como análise global de sistemas ou procedimentos administrativos, pode subdividir-se em três subcategorias. Estas categorias são indicativas e de natureza instrumental para o trabalho da PDHJ.

3.3.1 Dificuldade no acesso a serviços públicos (por exemplo, por ineficácia, demora, burocracia ou distância)

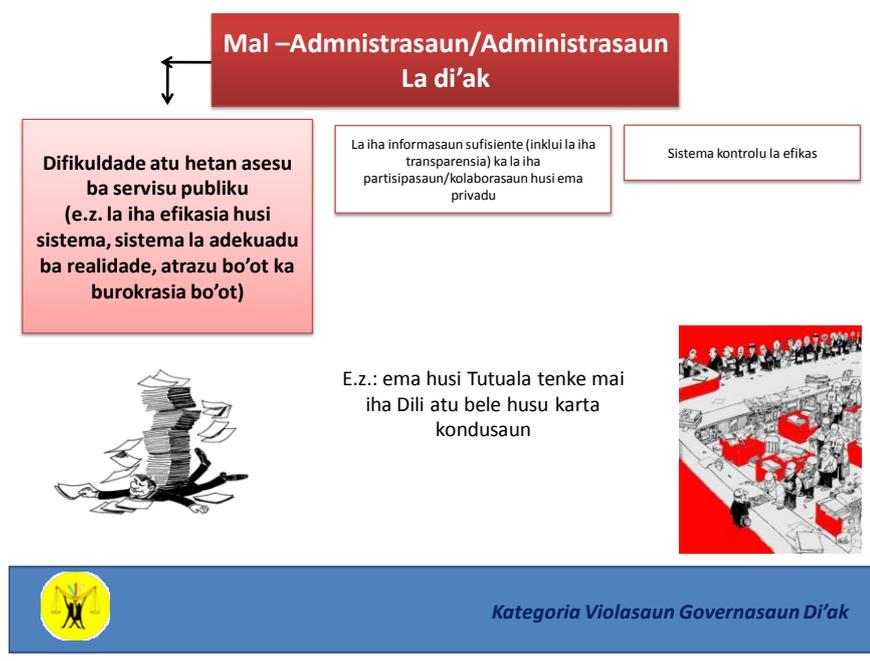
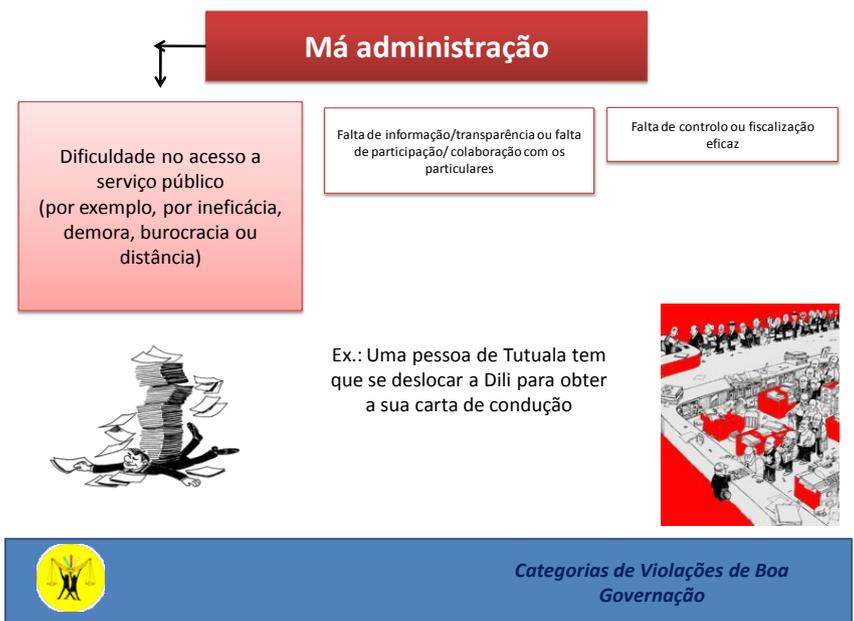
Má administração pode estar relacionada com sistemas ou procedimentos que obrigam a que o particular tenha que cumprir ónus ou encargos excessivamente pesados para ter acesso a determinados bens ou serviços públicos. Por exemplo, muita burocracia (como exigências excessivas de documentação), ou obrigar o particular a deslocar-se a muitos serviços ou a serviços que ficam muito distantes ou cuja acessibilidade é difícil.

3.3. Hahalok/konduta no sub-kategoria sira

Administrasaun-ladi'ak, tuir esplikasaun ne'ebé fó iha leten, liu-liu hanesan análise ba sistema ka prosedimentu administrativu sira, bele fahe ba sub-kategoria tolu. Categoria sira ne'e indikativu no iha natureza instrumentál ba servisu PDHJ nian.

3.3.1. Difikuldade atu hetan asesu ba servisu públiku (pur ezemplu, tanba la iha efikásia, kleur, burokrasia no distánsia)

Administrasaun-ladi'ak bele iha relasaun besik ho sistema ka prosedimentu ne'ebé obriga ema privadu atu tenke tuir dalan ne'ebé todan duni, atu bele hetan asesu ba sasán ka servisu públiku nian. Porezemplu, burokrasia (hanesan obriga atu apresenta dokumentu bara-barak), ka obriga ema atu desloka ba fatin bara-barak ka fatin ne'ebé fó servisu públiku ne'ebé dook ka ne'ebé iha fatin ne'ebé ho asesu difísil.



3.3.2 Falta de informação/transparência ou falta de participação/ colaboração com os particulares

Nesta subcategoria incluem-se sistemas nos quais não há informação suficiente. Por exemplo, falta de publicitação prévia dos procedimentos, da sua disseminação e informação ao público e/ou falta de informação sobre decisões finais.

A falta de informação torna difícil o conhecimento prévio por parte dos particulares das regras e procedimentos, tornando mais difícil a sua relação com a Administração Pública. Também é mais difícil, por causa da falta de informação, o controlo posterior e regular que deve ser feito pelos cidadãos da actividade administrativa, especialmente quando estão em causa direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares.

Além disso, a administração pública está sujeita a um dever de colaboração com os particulares. Isto implica a possibilidade de participação dos particulares na formação das decisões que lhes dizem respeito. Esta subcategoria também inclui um dever administrativo de apoio e incentivo das iniciativas dos particulares, recepção e consideração das suas sugestões, informações, etc. Se tal dever não for cumprido, por exemplo se uma entidade administrativa não toma seriamente em consideração a informação dada pelos particulares, entende-se também que existe má administração.

3.3.2. Laiha informasaun/transparénsia ka falta partisipasaun/kolaborasaun husi ema privadu

Iha sub-kategoria ida-ne'e inklui sistema sira ne'ebé laiha informasaun sufisiente (nato'on). Porezemplu, laiha publikasaun kona-ba prosedimentu sira, divulgasaun no informasaun ba públiku no/ka laiha informasaun kona-ba desizaun finál husi prosedimentu.

Laiha informasaun rezulta katak ema privadu sira laiha koñesimentu kona-ba regra no prosedimentu, no bele rezulta difikuldade ba iha relasaun entre administrasaun públika no ema privadu. Bainhira la iha informasaun, mós bele lori difikuldade atu garante kontrolu regulár ne'ebé sidadaun sira tenke halo ba iha atividade administrativa, liuliu bainhira situasaun relasiona ba iha ema privadu nia direitu no intrerese sira ne'ebé hetan protesau legal.

Aleinde ida-ne'e, adminsitrasaun públika tenke sujeita ba iha devér kolaborasaun ho ema privadu. Ida ne'e signifika katak, ema privadu tenke iha possibilidade atu partisipa ba iha prosesu foti desizaun ba kestaun ne'ebé iha relasaun ho nia. Iha sub-kategoria ida-ne'e, bele mós inklui devér administrativu atu fó apoiu no insentiva inisiativa husi ema privadu, simu no konsidera ema nia sujestaun, informasaun, sst. Karik devér ne'e la kumpre, porezemplu karik entidade administrativa la konsidera ho sériu informasaun ne'ebé ema privadu fó, entaun bele konsidera katak iha administrasaun-ladi'ak.



Ex. No Departamento competente do Min. Obras Públicas não é disponibilizada qualquer informação ao particular sobre o seu processo de autorização de construção (apenas se lhe diz para esperar)

Categorias de Violações de Boa Governação



Ex. Departamentu husi Min. Obras Publicas la fo informasaun kona-ba prosesu autorizasaun konstrusaun bainhira ema mai husu (no haruka nia “hein de’it”)

Kategoria Violaun Governasaun Di’ak

3.3.3. Falta de controlo ou fiscalização eficaz

Nesta subcategoria incluem-se sistemas que não têm um sistema de controlo ou fiscalização eficaz da tomada de decisões, e que por isso acabam por contribuir para que determinadas violações de boa governação (por exemplo, desvio de poder) possam acontecer mais facilmente e de forma repetida, o que pode ser considerado como má administração.

Por exemplo, num sistema de distribuição de subsídios essa distribuição é levada a cabo apenas por um funcionário sem que exista uma verificação simultânea ou posterior dessa distribuição por outro funcionário ou outra instituição.

Outro exemplo será um serviço no qual um funcionário falte repetidamente e não exista nenhuma reacção por parte de quem deve controlar.

3.3.3. Laiha kontrolu ka fiskalizaun ne'ebé efikás

Ita bele konsidera hanesan administrasaun-ladi'ak bainhira sistema sira ne'ebé la iha sistema kontrolu ka fiskalizaun ne'ebé efikás relasiona ba prosesu foti desizaun, no ho nune'e bele fasilita prátika violasaun boa governasaun (porezemplu, sées husi poder) – violasaun akontese fásil liu no beibeik liu tanba sistema kontrolu laiha/ la efikás.

Porezemplu, iha sistema atu fahe subsídiu ida, prosesu fahe subsídiu halo ho envolvimentu husi funsionáriu ida de'it, no laiha prosesu verifikasaun iha termu hanesan ka depois husi funsionáriu seluk ka instituisaun seluk. Bele fó ezemplu seluk hanesan bainhira funsionáriu ida falta beibeik no autoridade ne'ebé iha kbiit atu kontrola la halo buat ruma.

Má administração

Dificuldade no acesso a serviço público
(por exemplo, por ineficácia, demora, burocracia ou distância)

Falta de informação/transparência ou falta de participação/colaboração com os particulares

Falta de controlo /fiscalização eficaz

Ex: Um funcionário público falta ao serviço no dia a dia e todos os seus colegas sabem mas não há qualquer reação por parte dos seus superiores ou demais órgãos competentes (Min./Dir./CFP) .

Ex: O Chefe de Suco apropria-se de bens públicos depois de terminar o seu mandato porque não há qualquer sistema de controlo (pratica também desvio de poder)



Categorias de Violações de Boa Governação

Mal –Administração/Administração La di'ak

Difuldade atu hetan asesu ba servisu publiku
(e.z. la iha efikasiasa husi sistema, sistema la adekua ba realidade, atrazu bo'ot ka burokiasa bo'ot)

La iha informasaun suficiente (inklui la iha transparensia) ka la iha partisipasaun/kolaborasaun husi ema privadu

Sistema kontrolu la efikas

Ez. Funsionariu publiku ida la mai servisu loro-loron no ema hotu hatene no administrasaun (Min./Dir./KFP) la halo buat ida.

Ez. Tanba la iha kontrole sasan (asset) Estadu nian, Xefe Suku foti sasan Estadu nian depois remata nia termu (ida ne'e mos violasaun "sees husi poder")



Kategoria Violação Governação Di'ak

3.4. Princípios em causa mais relevantes

Alguns princípios da Administração pública e deveres dos funcionários e agentes podem estar em causa quando existe má administração. Alguns destes encontram-se expressamente previstos na lei, enquanto outros são princípios consensuais de Direito Administrativo moderno.

- Dever de boa administração (princípio da eficácia), que é uma consequência do princípio da prossecução do interesse público. Este dever exige que a Administração Pública adopte em relação a cada caso concreto as melhores soluções possíveis do ponto de vista administrativo.

- Princípio da transparência, que significa genericamente que a Administração deve ser aberta e não sigilosa, e os seus procedimentos de decisão devem ser previsíveis e publicitados.

- Princípio da desburocratização, que significa que a Administração deve eliminar as burocracias e formalidades desnecessárias, limitando-se a exigir o essencial em cada caso.

- Princípio da aproximação dos serviços às populações, que significa que os serviços essenciais às populações não devem estar demasiado distantes dos particulares, tentando-se uma distribuição equitativa pelo território (através de instrumentos jurídicos como a desconcentração ou descentralização) e que deve haver um esforço de eliminação ou atenuação das inacessibilidades aos serviços¹⁵.

¹⁵ Que claramente também se relaciona com o princípio de igualdade, no que toca o igual acesso de todos aos serviços.

3.4. Prinsípiu Relevante Liu

Bainhira akontese administrasaun-ladi'ak, Administrasaun Públika nia prinsípiu balun no funsióariu no ajente sira-nia devér balun bele hetan impaktu negativu. Prinsípiu no devér sira-ne'e balun prevee duni iha lei, balun mak prinsípiu konsensuál sira husi Direitu Administrativu modernu nian.

- Devér administrasaun-di'ak (prinsípiu efikásia), hanesan konsekuénsia hosi prinsípiu hala'o tuir interese públiku. Devér ne'e ezije katak Administrasaun Públika tenke adota solusaun ne'ebé di'ak hosi perspetiva administrativu ba kazu konketu ida-idak.

- Prinsípiu transparénsia, signifika, iha jerál, katak Administrasaun tenke nakloke no labele sai sekregedu,, no prosedimentu sira ne'ebé administrasaun uza hodi foti desizaun tenke previzível no fó sai ba públiku.

- Prinsípiu Laiha Burokrasia, signifika katak Administrasaun tenke halakon burokrasia no formalidade sira ne'ebé mak la presiza, hodi ejize de'it saida mak esensiál iha kazu ida-idak.

- Prinsípiu hakbesik servisu ba populasaun, signifika katak servisu ne'ebé esensiál ba populasaun labele dook liu hosi individuál sira, no tenke buka fahe servisu hanesan iha territóriu laran (liu hosi instrumentu jurídku, hanesan deskonsentrasaun ka descentralizasaun) no halo esforsu hodi halakon ka hamenus difikuldade asesu ba servisu sira¹⁶.

¹⁶ Ne'ebé mós iha relasaun klaru ho prinsípiu igualdade, kona-ba asesu hanesan ba servisu hotu-hotu.

- Princípio da boa-fé, previsto no artigo 6.º do Procedimento Administrativo, e que é uma manifestação do Estado de Direito democrático. Tal como os particulares nas suas relações jurídicas também o Estado deve agir com diligência, zelo e lealdade, devendo mesmo dar exemplo nesta matéria.

- Princípio de decisão expressa e célere o princípio da decisão encontra-se previsto no artigo 7.º do Procedimento Administrativo. Está ainda fortemente relacionado com o dever de celeridade (art. 19.º. Procedimento Administrativo) e a obrigatoriedade de garantir uma decisão expressa (e não tácita) (art. 35.º do Procedimento Administrativo). Assim, a Administração Pública tem o dever de emitir uma decisão expressa e célere.

- Princípio da proporcionalidade: este princípio significa genericamente que as medidas dos poderes públicos não podem exceder o estritamente necessário para a realização do interesse público (artigo 3.º, n.º 2 do Procedimento Administrativo).

- Princípio da colaboração com os particulares: que implica a possibilidade de participação dos particulares na formação das decisões que lhes dizem respeito.

Algumas dimensões deste princípio são as seguintes:

- Prinsípiu boa-fé, ne'ebé prevee iha artigo 6 Prosedimentu Administrativu nian, no hanesan manifestasaun ida hosi *Estado de Direito* demokrátiku. Prinsípiu ne'e aplika ba relasaun jurídika entre ema privadu, no bazeia ba prinsípiu ne'e Estadu tenke atua ho badinas, zelu no lealdade, ho nune'e bele sai hanesan ezemplu di'ak relasiona ba iha aplikasaun prinsípiu ida-ne'e.

- Prinsípiu desizaun espresa no la kleur: prinsípiu ida-ne'e prevee iha artigo 7 Prosedimentu Administrativu nian. Prinsípiu ne'e mós iha relasaun forte ho devér “labele kleur” (celeridade) (artigo 19 Prosedimentu Administrativu) no obrigasaun atu garante desizaun espresa (la'ós *tácita*/subar-subar) (artigo 35 Prosedimentu Administrativu). Ho nune'e, Administrasaun Públika ida devér atu halo desizaun liu husi dalan espresa no lailais.

- Prinsípiu proporsionalidade: prinsípiu ida-ne'e significa katak medida husi podér públiku labele liu duké saida mak nesesáriu duni atu hala'o interese públiku (artigo 3, No. 2 Prosedimentu Administrativu).

- Prinsípiu kolaborasaun ho individuál sira: implika possibilidade atu iha partisipasaun hosi individuál sira iha formasaun ba desizaun sira ne'ebé iha relasaun ho sira nia a'an rasik.

Prinsípiu ne'e ninia dimensaun balu mak tuir mai ne'e:

- Dever administrativo de apoio e incentivo das iniciativas dos particulares, recepção das suas sugestões, informações, etc.;

- Dever de esclarecimento dos particulares pela administração, abrangendo o dever de notificação (artigo 25.º e ss. do Procedimento Administrativo) e fundamentação dos actos administrativos (artigo 43.º e ss. do Procedimento Administrativo);

- Princípio do arquivo ou administração aberta (nos termos do artigo 24.º do Procedimento Administrativo) (estritamente relacionado ao princípio da transparência, com um âmbito mais concreto);

- Direito de informação dos particulares. Em oposição ao antigo tradicional carácter secreto do procedimento administrativo, pretende-se que durante todo o procedimento administrativo, se o cidadão quiser ser informado sobre o estado de um processo, tem esse direito:

- Direito à prestação de informações: artigos 20.º e 23.º do Procedimento Administrativo;

- Direito à consulta do processo: artigo 21.º do Procedimento Administrativo;

- Direito à passagem de certidões: artigos 21.º e 22.º do Procedimento Administrativo.

- Princípio da justiça, consagrado no artigo 5.º do Procedimento Administrativo.

- Devér administrativu atu fó apoiu no motivasaun ba individuál sira-nia inisiativa, simu sira-nia sujestaun, informasaun no seluk tan;

- Devér administrasaun nian atu esklarese ba individual sira kona-ba atuasaun administrasaun públika, inklui devér atu notifika (artigu 25 ba leten Prosedimentu Administrativu) no fó fundamentasaun ba aktu administrativu sira (artigu 43 ba leten Prosedimentu Administrativu);

- Prinsípiu arkivu ka administrasaun nakloke (tuir artigu 24 Prosedimentu Administrativu) (iha relasaun besik ho prinsípiu transparénsia, maibé iha âmbito ida ne'ebé konkretu liu);

- Individuál sira-nia direitu ba informasaun. Liu husi dalan kontráriu ba iha prosedimentu administrativu nia karakterístika sekredu uluk, konsidera katak iha prosedimentu administrativu nia laran karik sidadaun ida hakarak hetan informasaun kona-ba prosesu ruma nia lala'ok, nia iha direitu atu hetan informasaun ne'e:

- Direitu atu simu informasaun: artigu 20 no artigu 23 Prosedimentu Administrativu nian;

- Direitu atu konsulta prosesu: artigu 21 Prosedimentu Administrativu nian;

- Direitu atu hetan sertidaun ba nia: artigu 21 no artigu 22 Prosedimentu Administrativu nian.

- Prinsípiu justisa nian, konsagra iha artigu 5 Prosedimentu Administrativu.

3.5. Responsabilização e validade do acto

3.5.A) Eventual responsabilidade disciplinar

É difícil imaginar que a responsabilidade pela falta de eficácia, transparência ou razoabilidade dos sistemas dê origem à responsabilidade disciplinar individual. No entanto, podem indicar-se alguns deveres previstos no EFP que se relacionam mais estritamente com a má administração:

- Dever de honestidade e integridade (art. 7.º EFP), neste sentido relacionado com o dever de agir de boa-fé relativamente aos particulares;
- Dever de executar as funções de forma eficiente, imparcial, profissional e cortês (art. 41.º/ c) EFP)
- Dever de assegurar a transparência (art. 41.º/ l/i) EFP), sendo que já se explicou o entendimento de transparência
- Dever de trabalhar de uma forma honesta, ordenada, competente e eficiente na defesa dos interesses do Estado (art. 41.º/ k) EFP);
- Dever de prestar o melhor serviço à comunidade (art. 41.º/ p) EFP);
- Dever de fornecer directrizes aos funcionários sobre como desempenhar as suas funções (art. 41.º/ r) EFP);
- Dever de cumprir todos os regulamentos em vigor e as ordens oficiais dos superiores competentes (art. 41.º/ u) EFP);
- Proibição de actuar “de forma a que a outra parte não encontre assistência necessária” (art. 42.º/ k) EFP).
- Dever de servir o público com cortesia e dedicação, colocando o interesse público acima de qualquer interesse particular (n.º 5 do Código de Ética)

3.5. Responsabilizaçaun no validade aktu nian

3.5.C) Responsabilidade Dixiplinár

Difísil atu imagina katak tanba sistema sira laiha efikásia ka transparénsia ka la’ós razoavel bele loke dalan ba responsabilidade dixiplinár individual. Maibé, ita bele hatudu devér balu ne’ebé prevee iha EFP no iha relasaun besik ho administrasaun-ladi’ak:

- Devér laran-moos no integridade (artigu 7 EFP), iha sentidu ida-ne’e iha relasaun ho devér atu atua ho boa-fé ba individuál sira;
- Devér atu implementa ema nia funsaun tuir dalan efisiente, imparsiál, profisionál no edukadu (artigu 41/c EFP)
- Devér atu garante transparénsia (artigu 41/l/i) EFP) (haree iha leten ba iha esplikasaun kona-ba transparénsia);
- Bandu atu atua “iha maneira atu oinsá parte ida seluk la hetan assisténsia ne’ebé nia presiza” (artigu 42/ k) EFP);
- Devér atu servisu ho laran-moos, tuir orden, kompeténsia no efisiénsia hodi defende interese Estadu nian no observa rigorosamente oráriu servisu nian (artigu 42/ k) EFP);
- Devér atu hato’o ka presta servisu ba komunidadede (artigu 42/ p) EFP);
- Devér atu hala’o knaar iha maneira ida ne’ebé efisiente, imparsiál, profisionál no modun-di’ak (artigu 42/ c) EFP);
- Devér atu kumpre regulamentu hotu-hotu ne’ebé vigora no ordem ofisiál sira hosi superiór competente (artigu 42/ u) EFP);
- Devér atu fó matadalan ba funcionáriu sira kona-ba oinsá atu hala’o sira-nia knaar (artigu 42/ r) EFP);
- Devér atu serví públiku ho modun-di’ak no dedikasaun, tau interese públiku iha kualkér interese privadu nia leten (No. 5 hosi Kódigu Étika).

3.5.B) Eventual responsabilidade penal

Em princípio, não aplicável.

3.5.C) Validade do acto administrativo praticado

Em princípio, não aplicável.

Ato tácito

No entanto, é importante referir que o particular pode reagir na falta de uma decisão da Administração Pública (ou seja, se perante um determinado pedido do particular a Administração simplesmente nada disser ou ficar em silêncio).

Hoje em dia, é associado ao silêncio da administração duas possíveis consequências: ou um significado permissivo (deferimento tácito) ou negativo (indeferimento tácito).

Explicando melhor, o **deferimento tácito** (acto tácito positivo) significa que, em caso de silêncio, a resposta da Administração é um “sim”. Por exemplo, se um particular solicita ao órgão competente uma autorização para fazer obras em sua casa e a Administração nada diz num determinado período de tempo, havendo deferimento tácito, considera-se que o particular obteve a referida autorização e pode iniciar as suas obras.

3.5.B) Posível Responsabilidade criminal

Tuir análise preliminar nian, responsabilidade criminal sei la aplika ba VBG administrasaun-ladi’ak.

3.5.C) Validade husi Aktu Administrativu nian

Tuir análise preliminar nian, la aplika.

Aktu tácito

Maski nune’e, importante atu hateten katak individual bele halo reagen bainhira laiha desizaun ida hosi Administrasaun Pública (kerdizer, bainhira iha pedidu ruma hosi individual mak Administrasaun la hateten buat ida, Administrasaun nonook de’it) .

Ohin loron, silénsiu administrasaun nian iha ligasaun ho konsekuénsia possível rua: ida mak signifikadu ne’ebé nia fó permissaun/konkorda (deferimento tácito, *simu ho nonook*) no ida seluk mak signifikadu negativu/rejeita (indeferimento tácito, *rejeita ho nonook*).

Esplikasaun klaru liu mak **deferimento tácito** (aktu pozitivu/simu nonook) signifika katak, bainhira nonook, hatán husi Administrasaun nian signifika “loos” (ka sin). Porezemplu, karik ema ida husu ba órgaun competente autorizasaun atu halo obra iha ninia uma, no Administrasaun la dehan buat ida iha período ida nia laran, ne’e signifika katak iha “simu ho nonook” ka *deferimento tácito*, no konsidera katak ema ne’e hetan autorizasaun no bele hahú halo obra iha ninia uma.

O **indeferimento tácito** (acto tácito negativo) ocorre quando a lei faz decorrer da omissão a negação da pretensão formulada. Assim, em caso de silêncio tal significa que a resposta da Administração é um “não”. No exemplo anterior, se em vez de deferimento tácito estiver previsto na lei, como consequência do silêncio (num determinado período de tempo), o indeferimento tácito, então o particular não pode realizar as obras. Se este particular quiser reagir contra a rejeição ou indeferimento (tácito) da sua autorização, pode fazê-lo com base nesse indeferimento, quer pelas vias administrativas quer pelas vias contenciosas.

O Procedimento Administrativo nada refere a propósito desta matéria, mas devia referir.

Porém, a legislação indonésia (anterior a 1999), permite-nos encontrar uma resposta. Assim, a lei do contencioso administrativo indonésio (*Undang-Undang Negara Republik Indonesia nomor 5 tahun 1986, tentang Peradilan Tata Usaha Negara*) estabelece no seu artigo 3.º o seguinte (tradução livre e não confirmada):

Artigo 3.º

1. Se uma autoridade administrativa não emitir uma decisão quando esse é o seu dever, então tal equivale a emitir uma decisão administrativa.

2. Se uma autoridade administrativa não emite uma decisão solicitada, num determinado período previsto na lei, considera-se que a autoridade administrativa se recusou a emitir a decisão em questão.

Indeferimento tácito (aktu negativu/rejeita ho nonook) akontese bainhira lei determina omisaun husi administrasaun públika hanesan negasaun/rejeita ba pedidu ne'ebé ema ida hato'o. Nune'e, iha kazu silénsiu nian, silénsiu ne'e signifika Adminstrasaun nia resposta mak "lae" (ka não). Iha ezemplu ida liubá ne'e, karik envezde deferimento tácito mak prevee iha lei, hanesan konsekuénsia hosi silénsiu (iha períodu ida nia laran), maibé *indeferimento tácito*, entaun ema ne'e labele halo obra. Karik ema ne'e hakarak halo reasaun ruma hasoru rejeisaun ka indeferimento (tácito) ba ninia pedidu, nia bele halo karik liu hosi dalan administrativu ka liu hosi dalan kontensiozu.

Prosedimentu Administrativu la halo referénsia ruma kona-ba matéria ida-ne'e, maibé tuir loloos nia devia halo.

Maski nune'e, lei Indonézia (molok 1999), permite ita atu hetan resposta ida. Nune'e, lei kona-ba *contencioso administrativo* Indonesia nian (*Undang-Undang Negara Republik Indonesia nomor 5 tahun 1986, tentang Peradilan Tata Usaha Negara*) establece iha ninia artigu 3 katak (tradusaun tuir mai ne'e livre no laiha konfirmasaun):

Artigu 3

1. Karik autoridade administrativa ida la fó sai desizaun ida bainhira ida-ne'e ninia devér, ne'e hanesan nia emite desizaun administrativa ida.

2. Karik autoridade administrativa ida la fó sai desizaun ne'ebé ema husu, iha períodu ida ne'ebé prevee iha lei, konsidera katak autoridade administrativa ne'e rejeita atu hasai desizaun ne'e.

3. Se a legislação em causa não especificar um período de tempo referido no parágrafo 2, então considera-se que, passando um período de quatro meses da recepção do requerimento, a autoridade administrativa emitiu uma decisão de rejeição”¹⁷.

Deste modo, pode-se entender que no direito administrativo timorense o dever de decisão tem afinal um prazo de quatro meses (não havendo outro prazo especificamente previsto), a partir do qual se forma indeferimento tácito. Isto significa que se um particular pede alguma coisa à Administração Pública e esta nada responde, a partir de quatro meses, o particular deve considerar que a sua pretensão foi rejeitada e pode reagir ao silêncio (por exemplo para um órgão superior ou para Tribunal).

3. Karik lejislasaun iha kestaun ne'e la espesifika períodu ida, hanesan refere iha parágrafu 2, ne'e konsidera katak, liu tiha períodu fulan haat hahú hosi loron ne'ebé admknisrrasaun simu pedidu ne'e, autoridade administrativa hasai ona desizaun katak rejeita”¹⁸.

Nune'e, ita bele komprende katak iha Timor-Leste nia lei administrativa, devér atu foti desizaun iha prazu fulan haat nia laran (karik la prevee espesifiku prazu seluk iha Lei Timor-Leste nian), no depois prazu ne'e liu tiha ona, iha *indeferimento tácito* (rejeita ho nonook). Ne'e signifika katak karik ema ida husu buat ruma ba Administrasaun mak Administrasaun la hatán, liu tiha fulan haat husi loron pedidu, ema ne'e bele konsidera ninia pedidu la hetan aprovasaun no bele foti asaun ruma hasoru silénsiu ne'e (porezemplu, halo rekursu ba órgaun superior ruma ka ba tribunál).

¹⁷ **Pasal 3:** “(1) Apabila Badan atau Pejabat Tata Usaha Negara tidak mengeluarkan keputusan, sedangkan hal itu menjadi kewajibannya, maka hal tersebut disamakan dengan Keputusan Tata Usaha Negara.

(2) Jika suatu Badan atau Pejabat Tata Usaha Negara tidak mengeluarkan keputusan yang dimohon, sedangkan jangka waktu sebagaimana ditentukan data peraturan perundang-undangan dimaksud telah lewat, maka Badan atau Pejabat Tata Usaha Negara tersebut dianggap telah menolak mengeluarkan keputusan yang dimaksud.

(3) Dalam hal peraturan perundang-undangan yang bersangkutan tidak menentukan jangka waktu sebagaimana dimaksud dalam ayat(2), maka setelah lewat jangka waktu empat bulan sejak di terimanya permohonan, Badan atau Pejabat Tata Usaha Negara yang bersangkutan dianggap telah mengeluarkan keputusan penolakan”.

¹⁸ **Pasal 3:** “(1) Apabila Badan atau Pejabat Tata Usaha Negara tidak mengeluarkan keputusan, sedangkan hal itu menjadi kewajibannya, maka hal tersebut disamakan dengan Keputusan Tata Usaha Negara.

(2) Jika suatu Badan atau Pejabat Tata Usaha Negara tidak mengeluarkan keputusan yang dimohon, sedangkan jangka waktu sebagaimana ditentukan data peraturan perundang-undangan dimaksud telah lewat, maka Badan atau Pejabat Tata Usaha Negara tersebut dianggap telah menolak mengeluarkan keputusan yang dimaksud.

(3) Dalam hal peraturan perundang-undangan yang bersangkutan tidak menentukan jangka waktu sebagaimana dimaksud dalam ayat(2), maka setelah lewat jangka waktu empat bulan sejak di terimanya permohonan, Badan atau Pejabat Tata Usaha Negara yang bersangkutan dianggap telah mengeluarkan keputusan penolakan”.



Art. 3.º/3 (...):

(a) “Contrários à lei ou aos regulamentos;” (...)

b) (...) discriminatórios

d) Baseados em erro de direito e ou numa avaliação errónea ou equivocada dos fatos



Art. 3.º/3 (...):

(a) *la tuir ba lei ka ba regulamentu sira*

b) (...) *deskriminatóriu*

d) *bazeadu iha erru lei nian ka avaliasaun (...) erróneu ka sala ne'e hatene loloos husi faktu sira*



4. ILEGALIDADE

4.1. Descrição genérica

A ilegalidade significa, de forma simples, atuar em desacordo com a lei.

Por isto, é uma categoria residual que normalmente é analisada em conjunto com outras categorias (incompetência, desvio de poder e má administração) mas também pode ser analisada autonomamente. Assim se, por exemplo, for aplicada uma taxa ou um imposto contrariamente ao que se encontra previsto na lei, existe uma simples contradição com a lei, isto é, ilegalidade. Também se a forma da decisão (por exemplo forma escrita ou forma de portaria) não for respeitada a PDHJ pode considerar que foi cometida uma ilegalidade por uma autoridade pública. Para além destes casos, a ilegalidade abrange todos os casos de desrespeito da lei que não seja possível analisar a propósito das restantes categorias, por exemplo, se há uma ordem de desocupação de um imóvel público mas esse imóvel não existe ou já foi destruído (objecto impossível), então também se considera que há ilegalidade.

4.2. Jurisdição do PDHJ

Artigo 3.º, n.º 3, al. a) do EPDHJ: “O Provedor de Direitos Humanos e Justiça investiga, pelo menos, as queixas relativas a actos ou omissões que sejam:

- a) *Contrários à lei ou aos regulamentos;*” (...)
- b) (...)*discriminatórios;*
- c) *Baseados em erro de direito ou numa avaliação equivocada dos fatos*”

4. ILEGALIDADE

4.1. Deskrisaun Jeral

Tuir esplikasaun simples ida: ilegalidade signifika katak “la halo tuir lei”.

Tanba ne’e, kategoria ne’e kategoria residuál ida, ne’ebé normalmente analiza hamutuk ho kategoria sira seluk (inkompeténsia, sées husi podér no mal-administrasaun), maibé bele mós sai sujeitu ba análise ida independente. Nune’e, karik purezemplu, taxa ka impostu ida aplika la tuir saida mak prevee iha lei, signifika iha simples kontradisaun ho lei no iha ilegalidade. Nune’e mós, karik desizaun la tuir ninia forma (porezemplu, forma hakerek ka forma husi lei) PDHJ mós bele konsidera katak autoridade públika komete ilegalidade ida. Aleinde kazu hirak ne’e, ilegalidade kobre kazu hotu-hotu ne’ebé la respeita lei, ne’ebé labele uza kategoria sira seluk iha análise, porezemplu, karik iha orden ida atu ema ida sai husi (desokupasaun) hosi propriedade públiku, maibé propriedade ne’e la eziste ka sobu tiha ona (objetu imposivel), ne’e mós bele konsidera ilegalidade.

4.2. PDHJ nia Jurisdisaun

Artigu 3, No. 3, al. a) hosi EPDHJ:

“Provedor de Direitos Humanos e Justiça halo investigasaun ba, pelumenus, keixa kona-ba acto ka omisaun ne’ebé: (...)

- (a) *la tuir ba lei ka ba regulamentu sira;*
- (b) (...)*deskriminatóriu;*
- (d) *bazeadu iha erru lei nian ka avaliasaun arbitrária ida, erróneu ka sala ne’e hatene loloos husi faktu sira. (...)*”

4.3. Comportamento/conduta e subcategorias

Apesar de esta categoria ser muito ampla porque é residual, ou seja, porque abrange, em geral, todos os casos de desrespeito da lei que não seja possível integrar nas restantes categorias, é possível subdividir a ilegalidade nas seguintes subcategorias:

4.3.1. Ilegalidade quanto à forma ou formalidade

Por vezes, a lei estabelece requisitos quanto à forma (a forma é o modo pelo qual o acto se exterioriza) e formalidades (são exigências que a lei manda observar com vista a garantir a correcta formação da decisão administrativa).

O não cumprimento da forma ou formalidade prevista na lei resulta numa ilegalidade.

Exemplo de uma exigência de forma é o disposto no artigo 41.º do Procedimento Administrativo: exige-se que os actos tenham forma escrita, se outra forma não for exigida por lei. Exemplo de uma exigência quanto a uma formalidade é o dever de fundamentação (ou seja, explicar na decisão os motivos ou razões dessa decisão), previsto no artigo 43.º do Procedimento Administrativo.

4.3. Hahalok/ konduta no sub-kategoria sira

Kategoria ida-ne'e luan bazeia ba ninia natureza resin, tanba iha jerál nia inklui kazu hotu-hotu ne'ebé la respeita lei no labele integra iha kategoria sira seluk. Maski nune'e, ita bele subdivide ilegalidade hanesan tuir mai ne'e:

4.3.1. Ilegalidade kona-ba forma ka formalidade

Dala ruma, lei estabesele rekizitu kona-ba forma (maneira oinsá aktu ida manifesta) no formalidade (ezijénsia ne'ebé tenke observa hodi garante desizaun administrativa nia formasaun loloos). Bainhira la kumpre rekizitu sira kona-ba forma ka formalidade ne'ebé prevee iha lei, rezulta iha ilegalidade.

Ezemplu kona-ba ezijénsia forma nian mak hateten iha artigu 41 Prosedimentu Administrativu nian: ezije katak aktu sira tenke iha forma hakerek, karik lei la ezije forma seluk. Ezemplu ezijénsia kona-ba formalidade mak devér atu fundamenta, hanesan prevee iha artigu 43 Prosedimentu Administrativu nian.



Ezemplu

Forma

Tomar decisão e comunicá-la verbalmente, quando a lei determina que necessita de forma escrita (artigo 41.º Proc. Administrativo).



Formalidade

Decisão que é tomada mas não é fundamentada (artigo 43.º Proc. Administrativo)

Categorias de Violações de Boa Governação



Ezemplu

Forma

Hala'o ato ida orál de'it bainhira lei (artigo 41.º Proc. Administrativo) determina tenke hala'o ho forma hakerek ninian



Formalidade

La iha fundamentasaun ba desizaun/ato, mezmu ke lei estabelese tenke iha (artigo 43.º Proc. Administrativo)

Kategoria Violaasaun Governasaun Di'ak

4.3.2 Ilegalidade material

Ilegalidade material acontece quando o ato administrativo ou decisão não cumpre a lei, no que diz respeito ao seu fundamento previsto na lei ou há uma decisão em contradição com o que a lei dispõe.

Um exemplo pode ser uma cobrança ilegal de uma taxa no Hospital, por haver uma cobrança de taxa superior (por exemplo mais de 100 USD numa operação menor) ao que está previsto no diploma ministerial sobre essa matéria.

Também se inclui na ilegalidade material a inexistência ou ilegalidade dos pressupostos relativos ao conteúdo ou objecto do acto administrativo.

Por exemplo, um acto de atribuição de bolsa de estudo de mestrado a pessoa que não reúne os pressupostos de facto para tal, não tendo a licenciatura exigida por lei.

4.3.2. Ilegalidade material

Ilegalidade material akontese bainhira aktu administrativu ka desizaun ne'ebé foti la tuir lei, tuir saida mak fundamentu determina iha lei ka kontradís ho saida mak lei determina.

Ezemplu ida mak bele hanesan kobransa ilegál ida ba taxa (*pajak*) iha ospital, Tanba iha kobransa ida ba taxa ne'ebé aas (porezemplu selu aas liu husi osan 100 dollar iha operasaun ki'ik ida) ne'ebé mak la tuir diploma Ministeriál nian kona-ba atu selu taxa (*pajak*).

No mós inklui ilegalidade material auzénsia ka ilegalidade báze ka kritériu nian kona-ba aktu administrativu nia konteúdu ka objetu.

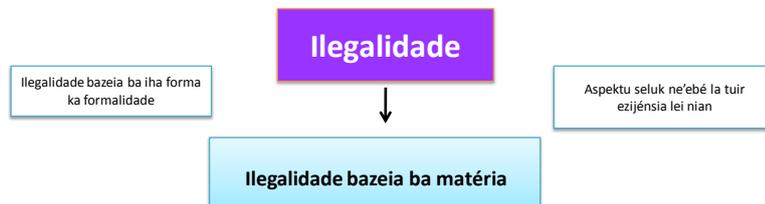
Porezemplu, aktu kona-ba fó bolsa de estudo ba iha nível mestrado ba ema ida ne'ebé la tuir kritériu atu simu bolsa ne'e tanba laiha lisenziatura ne'ebé ezije iha lei.



Exemplo:
Aplicação de uma taxa ou imposto que não estão previstos na lei



 *Categorias de Violações de Boa Governação*



Ezemplu
Aplika taxa ida ka impostu ida ne'ebé la tuir sá ida mak lejislasaun determina



 *Kategoria Violaosaun Governasaun Di'ak*

4.3.3. Qualquer outro desrespeito pelas exigências que decorrem da lei

Podem ser apontados alguns casos de desrespeito genérico pelas exigências que decorrem da lei, mas é preciso ter em conta que a enumeração não é exaustiva (ou seja, que são apenas alguns dos possíveis casos):

I - Incerteza ou impossibilidade do conteúdo ou objecto do acto administrativo.

Exemplos:

Uma ordem de desocupação de um imóvel em Dili, sem especificar o sítio exacto (incerteza do objecto), ou seja, uma decisão que tem apenas o seguinte conteúdo “*desocupe-se a propriedade do Estado situada no Farol Motael*”. Sendo um bairro com muitas casas, não é possível aos cidadãos saberem qual das casas se refere o Secretário de Estado da Justiça.

Uma ordem de desocupação de um imóvel que já foi destruído (impossibilidade do objecto).

2 - Qualquer outra ilegalidade insusceptível de ser reconduzida a outro vício (por exemplo, a violação dos princípios gerais do direito administrativo).

4.3.3. Kualkér desrespeitu ba ezijénsia sira ne'ebé mai hosi lei

Ita bele hatudu kazu balun kona-ba la respeitu jenériku ba ezijénsia sira lei nian, maibé labele haluha katak lista tuir mai ne'e la'ós kompletu (lista ne'e reprezenta kazu posível balun de'it):

I - Inserteza ka impossibilidade konteúdu ka objetu nian hosi aktu administrativu.

Porezemplu: orden atu haruka ema ida sai husi propriedade pública ida (desokupa) iha Dili, maibé ordén la hatudu espesífiku propriedade nia fatin loloos mak ne'ebé (inserteza objetu nian). Desizaun ida ne'ebé iha de'it konteúdu tuir-mai “*desokupa propriedade Estado nian iha Faroll/Motael*”. Iha bairru ne'ebé ho uma bara-barak, la posivel ba sidadaun sira atu hatene uma sira ne'ebé mak karik refere ba Secretário de Estado da Justiça.

Orden atu ema ida sai husi propriedade ida (desokupa) ne'ebé sobu tiha ona (impossibilidade objetu nian)

2 - Kualkér ilegalidade ne'ebé labele relaciona ba iha vísiu (salah) seluk (porezemplu, violasaun ba prinsípiu jerál sira husi Direitu Administrativu nian).

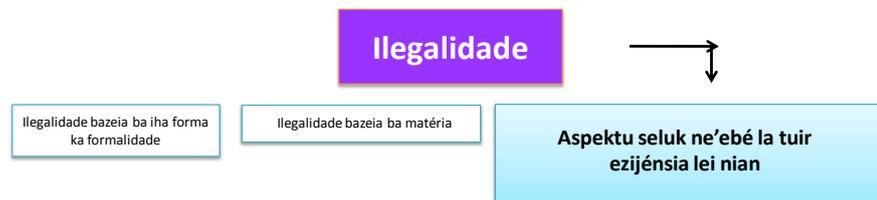


Exemplos:



- Ordem de desocupação de um imóvel que já foi destruído (impossibilidade do objecto)
- Outras ilegalidades...

 *Categorias de Violações de Boa Governação*



Ezemplu



- Orden ba ema ida atu sai husi uma ida ne'ebé uma la iha ona (la iha possibilidade tuir objetu)
- **Ilegalidade seluk**

 *Kategoria Violaosaun Governasaun Di'ak*

4.4. Princípios em causa mais relevantes

Princípio da legalidade, que significa que a Administração pública só pode agir com fundamento na lei e dentro dos limites impostos pela lei.

Este princípio encontra-se genericamente previsto no artigo 2.º, n.º 2, da CRDTL e, em concreto, no artigo 3.º/a, do diploma relativo à Estrutura Orgânica da Administração Pública (Decreto-Lei n.º 12/2006, de 26 de Julho).

4.5. Responsabilização e validade do acto

4.5.A) Eventual responsabilidade disciplinar

Se o funcionário ou agente administrativo pratica uma ilegalidade, podem estar em causa alguns dos seguintes deveres previstos no Estatuto da Função Pública:

- Dever de respeitar a CRDTL e demais legislação (art. 41.º/1/a) EFP, art. 41.º/1/u) EFP e n.º 2) Código de Ética)
- Dever de promover o respeito pelos direitos humanos, primado da lei, princípios democráticos (n.º 3) Código de Ética)

4.4. Prinsípiu relevante liu

Prinsípiu legalidade, signifika katak Administrasaun Públika bele atua de'it tuir saida mak lei hateten no iha limite sira ne'ebé lei impoin.

Prinsípiu ne'e prevee jerál iha artigo 2, n.2, KRDTL, no spesífiku iha artigo 3/a husi lejjzlasaun kona-ba Estrutura Orgánika Administrasaun Públika nian (Dekretu-Lei No. 12/2006, 26 Jullu).

4.5. Responsabilizasaun no validade aktu nian

4.5.A) Responsabilidade Dixiplinár

Bainhira funsionáriu ka ajente administrativu prátika ilegalidade ida, devér balun ne'ebé prevee iha Estatutu Funsau Públika bele tama iha kestaun mak:

- Devér atu promove respeito ba direitos umanus, Estadu direitu, prinsípiu demokrátiku sira (No. 3) Kódigu Étika nian)
- Devér atu respeita KRDTL no lejjzlasaun sira seluk (artigu 41/1/a) EFP, artigu 41/1/u) EFP no No. 2) Kódigu Étika)

- Dever de zelo (art. 40.º/1/c) EFP), que significa que o funcionário deve conhecer as normas legais regulamentares e as instruções dos superiores hierárquicos, de forma a exercer as suas funções com eficiência e correcção;

- Respeito pelo princípio da igualdade (art. 8.º) e não discriminação e (art. 41.º/1/n) EFP), se estiverem relacionados à questão específica da discriminação.

- Dever de confidencialidade (art. 5.º EFP) e sigilo (art. 40.º/1/d) EFP e art. 41.º/1/w) EFP), se tiver sido violada a confidencialidade pela ilegalidade.

4.5.B) Eventual responsabilidade penal

Em princípio, não aplicável

4.5.C) Validade do acto administrativo praticado

A ilegalidade tanto pode resultar num ato nulo ou num ato anulável.

A nulidade do ato acontece nos casos especificamente previstos no artigo 50.º-2/al. c), d), f) e g) do Procedimento Administrativo:

(c) *Os actos cujo objecto seja impossível, ininteligível ou constitua um crime;*

- Devér zelo (artigu 40/1/c) EFP), ne'ebé signifika katak funsióariu sira iha devér atu hatene norma legál sira no instrusaun superiór sira, hodi bele hala'o sira-nia knaar ho efisiénsia no loloos.

- Respeitu ba prinsípiu igualdade (artigu 8) no diskriminasaun-laek (artigu 41/1/n) EFP), karik relevante ba situasaun spesífika.

- Devér konfidensialidade (artigu 5, EFP) no segredu (artigu 40/1/d), EFP no artigu 41/1/w) EFP), karik ilegalidade viola konfidensialidade.

4.5.B) Responsabilidade Kriminál

Tuir análise preliminar nian, responsabilidade kriminál sei la aplika ba VBG ilegalidade.

4.5.C) Validade husi aktu administrativu

Ilegalidade bele rezulta aktu nulu ka aktu anulável.

Aktu administrativu sei konsidera nulu bainhira determina spesífiku iha artigu 50-2/al. c), d), f) no g) husi Prosedimentu Administrativu:

c) *Aktu sira ne'ebé mak iha objetu impossível, ininteligível ka aktu ne'ebé konstitui krime;*

d) Os actos que ofendam o conteúdo essencial de um direito fundamental;

f) Os actos que careçam em absoluto de forma legal;

g) As deliberações dos órgãos colegiais que forem tomadas tumultuosamente ou com inobservância do quórum ou da maioria legalmente exigidos).

Em caso de nulidade o acto não produz qualquer efeito jurídico e a nulidade pode ser invocada a qualquer altura

Fora daqueles casos a ilegalidade resulta na anulabilidade, nos termos da regra geral prevista no artigo 52.º do Procedimento Administrativo.

Neste caso, o acto administrativo produz efeitos jurídicos mas pode ser anulado até 3 meses após a sua prática. Passados esses 3 meses o acto torna-se válido.

d) Aktu sira ne'ebé mak ofende direitu fundamental ida nia konteúdu esensiál;

f) Aktu sira ne'ebé mak laiha absolutu forma legál;

g) Desizaun hosi órgaun kolegiál ne'ebé órgaun ne'e foti bainhira iha tumultu ka la iha orden ka bainnhira laiha quorum ka maioria, hanesan lei ezije).

Iha kazu nulidade nian, acto la prodús kualkér efeito jurídiku no bele invoka ninia nulidade iha kualkér momentu.

Karik akontese ilegalidade tuir kazu seluk, entaun aktu anulável (bele sai nulu, anula), tuir regra jerál ne'ebé prevee iha artigu 52 Prosedimentu Administrativu nian. Iha kazu ida-ne'e, aktu administrativu prodús efeito jurídiku, maibé bele anula to'o fulan 3 hahú sura husi loron prátika aktu ne'e. Liu tiha fulan 3, aktu ne'e sai válidu.